



VELOCIDADE MÁXIMA

Pior país em limite de velocidade em área urbana, Brasil está longe de priorizar o trânsito como questão de saúde pública



REPRODUÇÃO TV RECORD

SUS EM AÇÃO

Helicóptero do SUS resgata com vida uma mulher vítima do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, Minas Gerais. Resgate foi comandado pela major Karla Lessa, do Corpo de Bombeiros

RADIS edição 197 ■ fevereiro 2019

EDITORIAL

3 Um pouco mais de calma

4 VOZ DO LEITOR

5 SÚMULA

AGROECOLOGIA

10 Saúde de raiz

**14 Entrevista | Paulo Petersen:
Agroecologia, mais eficiente e
mais sustentável**

CAPA | TRÂNSITO

16 Velozes e vulneráveis

23 Um app para o trânsito

**24 Entrevista | Jack Szymanski:
"Trânsito é um espaço público"**

DIREITOS HUMANOS

26 Uma questão de civilidade

30 Linhas de ausência

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

32 Da pesquisa às telas de cinema

34 SERVIÇO

PÓS-TUDO

35 Por que o Consea é necessário?

UM POUCO MAIS DE CALMA

"Enquanto o tempo acelera e pede pressa / Eu me recuso, faça hora, vou na valsa". O verso do compositor Lenine na música Paciência, do álbum Na Pressão, de 1999, bem que poderia inspirar as políticas públicas, as regras e a conduta das pessoas no trânsito.

Em nossa matéria de capa, a repórter Ana Cláudia Peres aborda a situação do trânsito no país como um gravíssimo problema de saúde pública, que exige ações conjuntas de diferentes setores, porque é responsável por mais mortes que doenças cardíacas, câncer de pulmão, HIV e diabetes mellitus no mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada ano 40 mil brasileiros morrem em decorrência da violência no trânsito, sendo esta a principal causa de morte entre os jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 29 anos. No mundo, é a nona causa mais frequente de mortes, superando o número de suicídios ou assassinatos por arma de fogo.

Para a pesquisadora Ednilsa Ramos, da Ensp, que estuda as consequências dessa forma de violência, "o trânsito não apenas mata, mas altera as vidas, deixa pessoas doentes, com incapacidades temporárias ou permanentes, que precisam de ajuda e tratamento". Segundo o Observatório Nacional de Segurança Viária, 400 mil pessoas ficam com algum tipo de seqüela após sofrer um acidente e cerca de 60% dos leitos hospitalares do Sistema Único de Saúde são preenchidos por acidentados. A matéria traz também relatos comoventes dos que trabalham para salvar vidas ou atuam com a reabilitação de acidentados.

A velocidade média excessiva nas cidades e a combinação de direção e o uso de bebidas alcoólicas são os principais fatores desta tragédia. O paranaense Jack Szymanski, que dirige a Associação Internacional de Medicina do Tráfego, ligada à ONU, afirma que a probabilidade de uma lesão fatal em caso de atropelamento quando a velocidade é de 50km/h é de 40%, com 60km/h sobe para 60% e a 90km/h chega a 100%. "A 30km/h, ninguém fica tetraplégico", completa Eduardo Biavati, que coordenou em Porto Alegre o projeto "Vida no Trânsito", no início desta década.

O trânsito espelha a desigualdade na sociedade, na medida em que os que têm menos recursos para evitar a morte ou

lidar com as incapacitações físicas decorrentes dos acidentes acabam sendo os mais prejudicados. Vigora a lei do mais forte, quando veículos maiores não respeitam os automóveis, que não respeitam motos, que não respeitam bicicletas, que não respeitam os pedestres. Há também uma cultura da virilidade, agressividade e a compulsão pela velocidade.


Entre as soluções apontadas pelos especialistas, estão a redução na velocidade média nas cidades e o foco nas pessoas, ampliando o transporte público de massa e priorizando os pedestres em relação ao aumento do fluxo e da velocidade dos automóveis, ao contrário do que ocorre no planejamento urbano e na engenharia de tráfego no país. Recomendam ainda uma fiscalização mais rigorosa das leis e regras de trânsito existentes, como a regulação da atividade profissional dos motoristas de transporte, o uso de

cintos de segurança, sistema de retenção para crianças e uso de capacetes, além de políticas públicas e medidas de infraestrutura, saúde e assistência social que reduzam os acidentes e os danos às pessoas.

Outra matéria de destaque nesta edição trata da importância da Agroecologia, registrando o encontro realizado no litoral sul do Rio de Janeiro entre agricultores, indígenas, caiçaras

e pesquisadores que defendem e praticam a convergência entre saúde e a preservação dos territórios e suas populações, formas de cultivo de alimentos saudáveis e as culturas tradicionais.

Voltando à insensatez, janeiro foi pródigo em notícias de retrocesso no país, como a decisão do governo em dificultar o cumprimento da civilizada Lei de Acesso à Informação, criar mecanismos para facilitar o uso de armas de fogo e transferir para ministério controlado pelo agronegócio a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas, colocando em risco ainda maior a preservação ambiental e da vida dos povos indígenas. Após fechada esta edição, vimos consternados a repetição de mais um crime socioambiental de terríveis proporções em Minas Gerais, com o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, por conta de um processo de mineração predatória, obsoleta e sem a adequada regulação e punição de irregularidades, que parece ditar o comportamento de sucessivos governos e modelos de desenvolvimento no país.

Ainda com Lenine, *"Será que é tempo que lhe falta perceber / Será que temos esse tempo para perder / E quem quer saber / A vida é tão rara, tão rara"*. 

"O trânsito espelha a desigualdade na sociedade. Os que têm menos recursos para evitar a morte ou lidar com as incapacitações decorrentes dos acidentes acabam sendo os mais prejudicados"

■ **ROGÉRIO LANNES ROCHA** COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



www.radis.ensp.fiocruz.br



[/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)



[flickr.com/photos/radiscomunicacaoesaude](https://www.flickr.com/photos/radiscomunicacaoesaude)

SÍFILIS

Parabéns pela profunda sensibilidade da matéria. Este conteúdo técnico e científico é de grande importância para todos nós, envolvidos com saúde pública. Ele auxilia na formação dos profissionais envolvidos, despertando o olhar detalhado para o cuidado e a prevenção, com apoio de uma instituição, para o alto índice desta infecção sexualmente transmissível, que cresce 48% por ano. Temos que ser multiplicadores para que a grande massa se sensibilize diante desse mal do século. Agradeço a oportunidade de ler e pôr em prática, em forma de ações educativas com nossos atores e possíveis multiplicadores, a sensibilidade de se fazer uma boa prevenção.

Hélio Crispim Campos, Rio de Janeiro, RJ

Obrigado pelo retorno, Hélio!



EXPEDIENTE

RADIS é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Nísia Trindade
Presidente

ENSP

Hermano Castro
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe
Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Adriano De Lavor Editor
Bruno Dominguez Subeditor

Reportagem

Ana Cláudia Peres, Elisa Batalha, Liseane Morosini, Luiz Felipe Stevanim

Arte

Felipe Plauska

DOCUMENTAÇÃO

Jorge Ricardo Pereira Eduardo de Oliveira
(fotografia)

ADMINISTRAÇÃO

Fábio Lucas, Natalia Calzavara

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Rotaplan Tiragem 117.800 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ABRASCÃO

Saudações a toda equipe *Radis*! Desejo toda sorte neste ano de 2019 para a revista mais impactante que tenho lido, como assinante, nestes últimos 12 meses. Acompanho seu trabalho desde 2011, quando me tornei profissional do SUS pelo Programa Academia da Cidade em Recife (PE), e fui entrevistado por vocês. Queria elogiar em especial a edição 192, de setembro de 2018. Foi difícil conter as lágrimas de capa a capa, uma revista com 36 laudas extremamente bem aproveitadas. Chega a ser uma poesia concreta, com imagens e textos entrelaçados, dando uma enxurrada de informações sobre o Abrascão, conciliadas a matérias que intrinsecamente se comunicam com o que fora discutido no evento, levando para o leitor a experiência de ter estado lá. Sensacional! Obrigado pela defesa responsável do Sistema Único de Saúde! "AbraSUS!"

Gledson da Silva Oliveira, Recife, PE

Muito obrigado, Gledson! A Redação retribui os desejos de um feliz 2019. Abra-SUS!

RADIS AGRADECE

Sou assinante da *Radis* e considero a revista útil para estudantes e futuros educadores e/ou professores nas diversas áreas do conhecimento humano.

Edna Alves Dos Santos, São Paulo, SP

A revista é excelente! Sempre aborda temas atuais e caros a todos que acreditam nos direitos humanos e na política de saúde universal, gratuita e de qualidade. Parabéns a todos e todas que fazem esse belo trabalho!

Cinthia Alves, Vitória, ES

Vida longa à *Radis*, a publicação em saúde que orgulha o Brasil!

Valter Oliveira, Rio de Janeiro, RJ

Edna, Cinthia e Valter, estamos juntos na defesa da saúde pública brasileira!

DIREITO À ÁGUA

Parabéns à equipe de comunicação. Não conhecia a publicação, mas me deparei com essa postagem na linha do tempo de uma amiga e estou impressionada. A capa da edição 188 é uma das mais bonitas e profundas que já vi.

Ludymila Toledo Marques, Belo Horizonte, MG

Que capa linda essa da *Radis* 188! A revista é ótima. Parabéns à equipe.

Sislene Pereira Gomes, Vitória, ES

Caras Ludymila e Sislene, a equipe agradece os elogios!

NOVO SITE VEM AÍ

Gosto muito de ler as reportagens, mas o site acredito que esteja com problemas. Sou professora, uso sempre as matérias dentro de sala, mas estamos com dificuldades de acesso ao site. Adoro as grandes reportagens. Parabéns a todos!

Regi Oliveira, Macapá, AP

Regi, neste momento estamos migrando todo o conteúdo da *Radis* para um novo site, mais ágil e mais interativo. É possível que alguns conteúdos não estivessem disponíveis, no momento de sua consulta, e que alguns leitores tenham tido dificuldades em se cadastrar como novos assinantes. Contamos com a compreensão de todos. Em breve teremos todas as edições online, além de conteúdos exclusivos e um novo sistema que vai facilitar a comunicação com a gente. Aguardem!

Posse de armas mais fácil

O presidente Jair Bolsonaro assinou em 15 de janeiro decreto que facilita a posse de armas de fogo. Antes, para se ter uma arma, era preciso apresentar uma justificativa à Polícia Federal. Agora, a posse é liberada a “residentes em área rural”, “residentes em áreas urbanas com elevados índices de violência” (estados com índices de homicídio que superam 10 por 100.000 habitantes) e “titulares ou responsáveis legais de estabelecimentos comerciais ou industriais”, por exemplo. Bolsonaro prometeu ainda flexibilizar o porte, ou seja, a possibilidade de deslocamento da arma para fora da casa ou estabelecimento comercial. Entidades de saúde pública e pesquisadores avaliam os impactos da medida:

O Brasil já se apresenta como o país com o maior número de mortes por arma de fogo no mundo segundo dados da Pesquisa Global de Mortalidade por Armas de Fogo. Em 2016, foram registrados no país 62.517 homicídios (Ministério da Saúde). Este número equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, o que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa.

Nos últimos dez anos, 553 mil pessoas morreram devido à violência intencional no Brasil, sendo que 71% dos homicídios foram associados a armas de fogo. O maior percentual destes óbitos ocorreu entre jovens do sexo masculino, negros, de periferia, com baixa escolaridade (Ipea).

Alertamos que a liberação da posse de armas terá consequências gravíssimas com risco potencial de aumento da violência inter e intrapessoal, o que não só pode levar a um número elevado de óbitos como também a sequelas físicas e mentais. Esta situação agravará as condições de vida de toda a população do país e, em especial, a dos grupos mais vulneráveis que já sofrem em seu cotidiano as consequências das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Nota da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)

Propriedade não é apenas o território da casa a ser protegido do malfeitor — propriedade é tudo aquilo sob o domínio de homens que já matam as mulheres com armas, mesmo antes de a posse ser reconhecida como um direito. Se, hoje, há casos em que as mulheres sobrevivem à tentativa de feminicídio é, em larga medida, porque o instrumento de violência foi a força física ou outros instrumentos com mais baixa letalidade, como facas ou cordas. Em caso de uso de armas, as chances de uma mulher sobreviver são muito mais raras.

A política criminal de armas necessita ser sensível às normas de gênero de nossos países. Não há importação neutra de dados populacionais em que se sustenta haver menor índice de criminalidade nos países em que a posse ou porte de armas é legalizado, como é o caso dos Estados Unidos. Mesmo em países pacíficos, como o Uruguai, as armas são o principal instrumento para matar mulheres em violência de gênero ou doméstica. É assim na Colômbia, será ainda mais no Brasil caso se altere a política de armas.

Debora Diniz, professora da Universidade de Brasília (UNB), e Giselle Carino, diretora da International Planned Parenthood Federation, em artigo publicado no El País Brasil (16/1)

Uma extensa metanálise (um tipo de revisão que usa métodos matemáticos para resumir o resultado de diversos estudos experimentais) sobre o tema publicada nos Annals of Internal Medicine em 2014 revelou que uma casa onde está uma arma de fogo há um risco de cerca de três vezes maior de alguém morrer por suicídio e duas vezes maior de mortes por homicídio.

O instituto de pesquisa RAND Corporation, ligado ao governo americano, fez uma excelente compilação de estudos sobre leis de armas e risco de suicídio. A conclusão geral é de que a evidência disponível é suficiente para afirmar que a disponibilidade de armas de fogo está associada a maiores taxas de suicídio. Vale lembrar que os Estados Unidos, país com maior quantidade de armas em domicílios, tem as maiores proporções de suicídios consumados com tiros de armas de fogo.

Apesar de 61% dos brasileiros, segundo o Datafolha, serem contrários ao aumento do armamento da população, parece que infelizmente, os profissionais de Saúde e os epidemiologistas estarão fadados, nos próximos anos, a serem os cronistas do aumento do número já absurdo de mortes por armas de fogo neste país.

Luís Fernando Tófoli, professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Facebook



Venenos autorizados

Em apenas um dia, o Ministério da Agricultura publicou pedido de registro de 131 defensivos agrícolas como herbicidas, inseticidas e fungicidas (10/1), que ainda passarão por avaliações técnicas de três órgãos do governo. Na mesma data, ainda autorizou o registro de 28 agrotóxicos e princípios ativos. Desses, um é considerado extremamente tóxico, o Metomil, quatro são altamente tóxicos; 14 são “muito perigosos” ao meio ambiente, e 12, “perigosos”. Confira em <https://bit.ly/2sCF7Q0>.

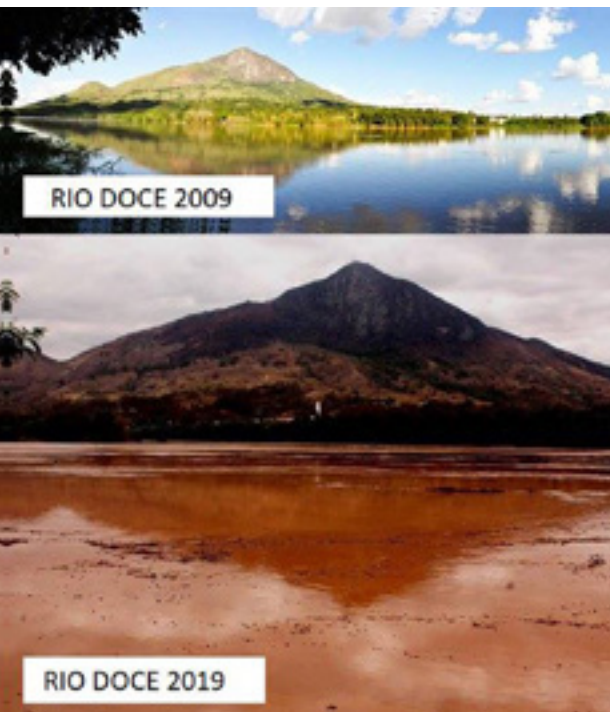
Amianto, não

“A política que o Brasil está adotando permitindo a exportação [de amianto] certamente vai agravar as condições de saúde das populações. O que tanto criticávamos do Canadá, que mantinha tal política — garantia que os cidadãos canadenses não utilizassem e não se expusessem ao amianto, mas, ao mesmo tempo, exportavam para outros países do mundo —, não deve ser feito por nós, não podemos agir da mesma forma. Em 2018, o governo canadense finalmente proibiu a fabricação, uso, importação e exportação de amianto e produtos que contenham a substância. É inaceitável que o Brasil mantenha a produção de um produto carcinogênico apenas para a exportação, sem se incomodar com a saúde das populações”, alertou Hermano Castro, diretor da Ensp/Fiocruz, no manifesto publicado pela escola, em conjunto com outras entidades, contra a exportação do amianto (10/1).

O que você está lendo?

“Eu recomendo a leitura de um artigo muito interessante do Jeffrey C. Alexander, que está na revista Sociologia e Antropologia (edição setembro/dezembro 2018), que se chama ‘Vociferando contra o Iluminismo: A ideologia de Steve Bannon’, no qual ele promove um debate sobre as estratégias utilizadas pelo Bannon [considerado pelo autor “o cérebro de Trump”], muito centradas nas políticas do presidente americano, mas que a gente pode estender para um contexto bem mais amplo”.

Nísia Trindade Lima, presidente da Fiocruz, durante seminário sobre Direitos Humanos, no Icict (leia na página 10, desta edição). O artigo está disponível em <https://bit.ly/2W7dJre>.



10 anos depois...

A brincadeira de postar fotos pessoais comparando as mudanças na fisionomia entre 2009 e 2019, acompanhadas da hashtag #10yearschallenge [desafio dos 10 anos], tomou conta das redes sociais, em janeiro. Houve quem levantasse a suspeita de que a moda seria uma estratégia das empresas para aprimorar algoritmos de reconhecimento facial a partir da criação espontânea de um banco de imagens, houve quem considerasse exagero. Ao final do mês, no entanto, sobram criatividade e crítica nas comparações propostas por internautas, fosse no aumento do salário de juízes, na comparação entre os valores de bolsas de pós-graduação e o salário mínimo no período, ou no agravamento de riscos ambientais, como o crescimento do desmatamento na Amazônia e do degelo das calotas polares ou a degradação do Rio Doce, após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG).

R\$ 1 bilhão

é o valor do déficit no orçamento da Saúde para 2019, autorizada pelo Congresso Nacional, comprometendo programas como o Farmácia Popular (já reduzido em 20% na modalidade gratuita), ações de prevenção e tratamento à dengue, chikungunya e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), assim como investimentos na saúde indígena. Em entrevista ao Brasil de Fato (14/1), Matheus Magalhães, especialista em orçamento da seguridade social, alertou que a Reforma da Previdência poderá gerar ainda mais cortes nos recursos.

252 bilhões

de toneladas de gelo são perdidas a cada ano na Antártica, entre 2009 e 2017. Entre 1979 e 1990 a perda anual era de 10 bilhões de toneladas, concluíram cientistas em artigo publicado na revista americana "Proceedings of the National Academy of Sciences" (PNAS), em 14 de janeiro. O trabalho revelou que o aquecimento global está provocando um degelo mais acelerado do continente, numa velocidade seis vezes superior à registrada há 40 anos — o que deve provocar uma elevação recorde do nível do mar em todo o mundo, adveziu Eric Rignot, um dos autores.



Chama o Samu

Médica com experiência no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) no sul do país fez um desabafo nas redes sociais sobre a banalização do serviço em sua cidade. Segundo ela, as ambulâncias estão sendo apelidadas de "SamUber", e grande parte das chamadas para o Samu são feitas por pessoas que querem "carona ao pronto atendimento para furar fila". A profissional, que preferiu não ter seu nome revelado na *Radis*, assegurou que as motivações são injustificadas, reforçando que as ambulâncias devem ser usadas em casos de urgência e emergência, com risco iminente de morte. "Já pensou se um familiar seu tem uma parada cardíaca, atropelamento, crise de asma grave, crise convulsiva e não tem ambulância porque as existentes estão alocadas em atendimentos desnecessários? Infelizmente os solicitantes mentem, inventam dados", lamentou.

Além de acionado por quem não precisa, o Samu também tem que enfrentar outro problema, os trotes. Em Palmas, o serviço foi vítima de 1,7 mil ligações falsas em 2018, o que representa 5,5% do total de 30 mil ligações atendidas pelos profissionais; em Manaus, o número de trotes diminuiu em 2018, mas ainda assim ultrapassou 100 mil chamadas, noticiou o G1 (14/1); em Campinas, cerca de 10% das ligações recebidas através do sistema 192 são trotes, divulgou a rádio CBN (16/1); em Brasília, os trotes chegaram a 68 mil, somente no ano passado. Palmas e Manaus têm investido em campanhas de conscientização sobre os prejuízos causados pelas brincadeiras e a importância do atendimento prestado pelas equipes. Na capital amazonense, uma equipe de educação percorre escolas na capital para conscientizar sobre os prejuízos causados pela "brincadeira" de mau gosto.

QUANDO CHAMAR O SAMU

- Na ocorrência de problemas cardio-respiratórios;
- Intoxicação exógena e envenenamento;
- Queimaduras graves;
- Na ocorrência de maus tratos;
- Trabalhos de parto em que haja risco de morte da mãe ou do feto;
- Em tentativas de suicídio;
- Crises hipertensivas e dores no peito de aparecimento súbito;
- Quando houver acidentes/traumas com vítimas;
- Afogamentos;
- Choque elétrico;
- Acidentes com produtos perigosos;
- Suspeita de Infarto ou AVC (alteração súbita na fala, perda de força em um lado do corpo e desvio da comissura labial são os sintomas mais comuns);
- Agressão por arma de fogo ou arma branca;
- Soterramento, desabamento;
- Crises convulsivas;
- Transferência inter-hospitalar de doentes graves;
- Outras situações consideradas de urgência ou emergência, com risco de morte, seqüela ou sofrimento intenso.



Atividade física pode prevenir Alzheimer

Praticar exercícios físicos pode ajudar a proteger o cérebro contra o Alzheimer: o que era uma suspeita foi agora confirmado por um estudo publicado por dois pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na revista *Nature Medicine* (7/1). A pesquisa, liderada pelos neurocientistas Sérgio Ferreira e Fernanda Felice, da UFRJ, e com a participação de 25 pesquisadores, concluiu que um hormônio recentemente descoberto, a irisina, produzido pelos músculos, chega ao cérebro após a atividade física — e não somente isso, a pesquisa mostra que o próprio cérebro produz o hormônio quando os animais se exercitam.

Os resultados foram obtidos a partir de camundongos geneticamente modificados para apresentarem condições semelhantes ao Alzheimer dos humanos — os animais foram submetidos a uma hora de natação por dia, durante cinco semanas. Como informou o *Estadão* (7/1), embora tenha sido realizada em animais, a pesquisa abre uma porta para uma nova linha de investigação para terapias em seres humanos. Não é possível dizer ainda, por exemplo, qual frequência de exercícios físicos levaria à produção de irisina em quantidade suficiente para proteger o cérebro. O próximo passo é aprofundar o estudo de como esse hormônio age no órgão, para no futuro pensar em formas de tratamento, como explicou o pesquisador Sérgio Ferreira ao jornal *Destak Rio de Janeiro* (18/1).

Alerta amarelo contra escorpiões

O aumento de acidentes com escorpiões em todo o país tem gerado preocupação nos serviços de saúde por causa do risco de morte provocada pela picada. Em 2018, foram registrados 141 mil casos de acidentes com esse inseto no Brasil — contra 125 mil registros em 2017, segundo o Ministério da Saúde. As mortes por envenenamento ocorrem com mais frequência em crianças e adultos debilitados, como informou a *Folha de S.Paulo* (2/1), principalmente quando as picadas são provocadas pelo escorpião amarelo, o mais perigoso.

Materia no *Fantástico*, da TV Globo (20/1), entrevistou a médica Fan Hui Wen, do Instituto Butantan, em São Paulo, que mostrou o tipo de ambiente que o escorpião costuma procurar: locais com acúmulo de entulhos, como telhas, tijolos e madeiras. O soro contra a picada é produzido pelo instituto a partir do veneno extraído da cauda do animal e encontra-se disponível no SUS. Uma equipe de especialistas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Botucatu (SP), elaborou um folheto para ajudar a população a se prevenir dos escorpiões — *Radis* trouxe uma síntese das principais dúvidas.



Onde vivem? Eles se escondem em frestas de paredes, tijolos empilhados, madeiras, telhas e papelões.

Como prevenir? A limpeza do terreno é fundamental para prevenir os focos, pois evita a presença de baratas e outros insetos, que são os alimentos desses animais. Mantenha a casa e o quintal limpo, sem entulho ou lixo acumulado. O controle químico não funciona.

Quais os riscos? A picada pode causar arritmia cardíaca e edema pulmonar. Podem ocorrer náuseas, vômitos, dor abdominal e respiração ofegante. É preciso procurar imediatamente um serviço de saúde. O tratamento consiste em neutralizar a dor local, que pode ser combatida com anestésico. O soro é formalmente indicado em todos os casos graves.

Fonte: com informações da Unesp Botucatu

OMS: 10 prioridades para 2019

Das mudanças climáticas aos movimentos antivacinas. Para enfrentar novas e velhas questões que afetam a saúde da população mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu 10 prioridades para 2019, que incluem ações voltadas para temas como poluição, doenças crônicas não transmissíveis e cenários de fragilidade social e vulnerabilidade. De acordo com a organização, esses tópicos contribuem para alcançar as três metas de seu novo plano estratégico (“13th General Programme of Work”), com validade de cinco anos (2019-2023), que são fazer com que 1 bilhão de pessoas a mais se beneficiem do acesso à saúde, estejam protegidas de emergências sanitárias e desfrutem de uma melhor saúde e bem-estar.

1. Poluição do ar e mudanças climáticas
2. Doenças crônicas não transmissíveis
3. Pandemia de gripe
4. Cenários de fragilidade e vulnerabilidade
5. Resistência antimicrobiana
6. Ebola
7. Atenção primária de saúde
8. Relutância em vacinar
9. Dengue
10. HIV




Terras indígenas em disputa

Uma das primeiras ações do presidente Jair Bolsonaro ao assumir o governo em janeiro foi a assinatura (1/1) de uma Medida Provisória que transfere para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a identificação, delimitação, reconhecimento e demarcação das terras indígenas e quilombolas. Até então, essa era uma atribuição da Fundação Nacional do Índio (Funai), que recebia as demandas das etnias e realizava os estudos antropológicos e geográficos para fundamentar sua decisão.

Ao comentar a MP 870 no Twitter (2/1), o presidente disse que pretende “integrar estes cidadãos e valorizar a todos os brasileiros”. Em entrevista a O Globo (4/1), o secretário especial de Assuntos Fundiários, Luiz Nabhan Garcia, acrescentou que o novo governo pretende ainda rever as demarcações ocorridas nos últimos dez anos. Segundo dados da Funai, atualmente existem 128 processos de demarcação em andamento envolvendo terras que abrigam mais de 120 mil indígenas. Para

ambientalistas e defensores dos povos da floresta, na prática, além, de esvaziar a Funai e congelar a regularização, a decisão abre espaço para o desmatamento.

A Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt) entrou com uma representação (15/1) no Ministério Público Federal (MPF) solicitando que a demarcação volte a ser atribuição da Funai. Em nota, a Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib) afirmou que, com a MP, o Governo sinaliza a tendência de defender os interesses do agronegócio e lembrou que a pasta da Agricultura tem à frente a ministra Tereza Cristina, que foi da bancada ruralista no Congresso. A Apib registrou ainda temer pela integridade da população indígena ao afirmar que o Brasil é o país mais perigoso para ativistas e defensores da terra e do meio ambiente. Só em 2017, foram 57 assassinatos. Para mobilizar a sociedade durante o que o movimento intitulou de #JaneiroVermelho, a entidade lançou (15/1) a campanha “Sangue Indígena: nenhuma gota a mais”. 

SAÚDE DE RAIZ

Agricultores, indígenas, caiçaras e pesquisadores defendem a convergência entre saúde e território

LISEANE MOROSINI

É da terra onde mora há 40 anos que Valdevino Claudio dos Remédios tira o sustento da família. A apenas alguns passos da varanda de sua casa, ele tem à mão, além de alimentos e frutas, medicamentos naturais. Plantas medicinais como boldo, capim mil homens, cidreira e tantas outras crescem em harmonia com flores, árvores, arbustos e palmeiras de seu jardim. Esse espaço verde tão peculiar, localizado na comunidade de São Roque, em Paraty, no Rio de Janeiro, foi se moldando ao longo do tempo pela mão e pelo trabalho de Valdevino.

Primeiro, ele utilizou técnicas da agricultura tradicional e foi misturando as plantas. Aos poucos, introduziu novas espécies e diversificou o cultivo. Só muito tempo depois, quando recebeu uma consultoria de técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que nomeou o que estava fazendo. “Foi aí que eu descobri que o que eu fazia era chamado de agrofloresta”, conta à *Radis*. Hoje, em seu sítio, tem aipim, cana de açúcar, palmito, taioba, cupuaçu, feijão e muitas outras espécies que crescem à luz do sol e da agroecologia, totalmente orgânica. Ele relata ter comprovado, na prática, os benefícios de cultivar uma agrofloresta, um sistema ancestral de uso da terra sustentável, que combina espécies de sol e de sombra, e que é mantido em um terreno de 1,6 mil metros quadrados.

Saúde, ensina Valdevino, é ter vida. E o remédio que cura, garante, vem da terra e da mata. “Tem que tomar antes de a doença chegar. Tem que prevenir”, receita com sabedoria. “Lembro que antigamente o remédio vinha todo da mata. Quem tratava era parteira e benzedeira. Elas iam no mato, pegavam o remédio e faziam. A planta era saudável e a comida também. Não tinha tanta doença espalhada assim”, relata. Bastante conhecido na região onde mora, ele extrai saúde das folhas, das cascas e das raízes, aplicando os conhecimentos que aprendeu com a avó.

“Copaíba é bom para reumatismo e dor de dente, mas para fazer efeito não pode tirar o limo da árvore, só a casca”, ressalta. “Esta é a ciência”, explica Valdevino, que indica limão cravo com sal grosso como um ótimo anti-inflamatório, e picão para curar os males do fígado. As experimentações no terreno são constantes e delas nasceram “garrafadas”, misturas de plantas medicinais cuja receita ele não revela. “Eu sou o fazedor e o provador”. Pai de 11 filhos, ele conta, com orgulho, como os sustentou. “Tenho honra de ter criado meus filhos sem ter trabalhado para ninguém. Tudo o que eu tenho veio da agricultura”, revela animado durante uma visita ao sítio.

O relato de vida de Valdevino, mostrando a importância de um projeto ecológico na promoção da saúde e interação com todo o ecossistema, foi um dos depoimentos que pontuaram as vivências no território durante o 1º Encontro de Diálogos e Convergências Saúde e Agroecologia, que aconteceu entre 21 e 24 de novembro no Parque Nacional da Serra da Bocaina, em Paraty, litoral sul do Rio de Janeiro. Realizado pela Fiocruz, em parceria com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira

de Agroecologia (ABA), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e o Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), o encontro reuniu 150 pessoas de diversas entidades, quando procurou aproximar os campos da saúde e da agroecologia, em busca de modelos de desenvolvimento mais sustentável. “O que vemos é um cenário em que mais de 800 milhões de pessoas passam fome no mundo, e o Brasil voltando ao Mapa da Fome. A discussão da agroecologia é importante para pensar a questão da fome, da posse da terra, dos sistemas agroalimentares”, afirmou o vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz, Marco Menezes. Para ele, é fundamental construir “uma agenda coletiva entre saúde e agroecologia”, pensando nos territórios e nas demandas que eles apresentam.

MODELOS EM DISPUTA

Para Paulo Pettersen, da diretoria-executiva da ABA, há modelos de desenvolvimento em disputa. “A agroecologia propõe outro caminho. Nós temos que pensar em outras economias possíveis. A fórmula única não serve para um mundo tão diversificado como o de hoje”, defendeu. Para ele, a industrialização desconectou a agricultura da natureza, impondo um único modelo, independente do território, que desvincula a produção do consumo. A agroecologia, explicou Paulo, vai de encontro a essa proposta, propondo uma alternativa à lógica do agronegócio.

“Como o próprio nome diz, é um negócio, que tem uma lógica de funcionamento econômica-mercantil e que difere do que queremos. O sistema agroalimentar atual não produz comida de verdade, mas mercadorias, não tem solo saudável e não pode ter alimento saudável. Ele não produz saúde, mas doença e injustiça social”, afirmou o agrônomo. Paulo salientou que a agroecologia fala de alimento saudável e de comida de verdade no campo e na cidade. “Alimento não é só nutrição. Ele tem a ver com a identidade e a cultura dos povos”, defendeu, na entrevista que concedeu à *Radis* (leia na pág. 14).

No Quilombo do Campinho da Independência, localizado no caminho entre Paraty e Trindade, onde foram realizadas todas as atividades do evento, o alimento reconecta o paladar dos visitantes com a história. As primeiras raízes do quilombo foram plantadas há mais de cem anos, mas o direito à propriedade das terras só veio em 1999. Hoje, ele é um importante ponto de cultura, de resgate da culinária dos antepassados e de resistência, além de local onde se gera emprego e renda. É lá que funciona o Restaurante do Campinho, que desde 2007 é uma referência quando o assunto é comida de raiz. Todo o alimento que chega às mesas é cultivado sem agrotóxicos, produção da agricultura familiar local.

O restaurante é administrado pela comunidade e, além da boa comida, fortalece a cultura alimentar quilombola e

o protagonismo feminino. “Descobrimos que esse é um modo positivo para mantermos nossa cultura viva e ao mesmo tempo defender o nosso território”, disse Ninha, como é chamada a chef Cirlene Barreiro Martins, que comanda as panelas. Para Sinei Martins, presidente da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (Amoqc), o restaurante também favorece a agroecologia e a saúde, além de promover a fixação

no território. “Nós acreditamos na luta pela agroecologia e é o que vivemos aqui”, pontuou. “Era só um sonho e com muita luta conseguimos que se tornasse realidade. Agradeço às mulheres que cozinham e que começaram a história desse restaurante. E também às agricultoras e aos agricultores que colocam a mão na terra para que a gente tenha alimentos saudáveis”, completou.



AGROFLORESTA É MAIS

Do Acampamento José Lutzenberger, na Mata Atlântica, no Paraná, vem a certeza de que é possível implementar um outro modelo de produção de alimentos e preservação da biodiversidade. Célia cultiva hortaliças, diz que seu psicólogo é a mata e relembra os dias num bairro marcado pelas drogas. Valdineia conta como ela e os filhos nunca mais tomaram remédios. Luzinete recorda as lutas contra jagunços e fazendeiros. Hoelington fez curso técnico e compartilha o que aprendeu com a comunidade. Jonas, memória viva da comunidade, fala da satisfação de recuperar um olho d'água e a mata ciliar de um rio. Depoimentos como esses pontuam o vídeo “Agrofloresta é mais”, lançado em setembro e que trata de culturas agrícolas empregadas para restaurar florestas e áreas degradadas.

O vídeo faz parte da série Curta Agroecologia que, desde 2014, dá visibilidade às inúmeras experiências e projetos de diversas regiões do país que se voltam para a prática da agricultura sustentável e retrata experiências bem-sucedidas em agroecologia, além de denunciar situações de injustiça ambiental em diversos estados do Brasil. Nos documentários, é possível aprender a importância de preservar as águas e como cuidar delas, promover a produção de um alimento saudável, dar mais qualidade de vida para o agricultor familiar, aproximando o tema entre o campo e a cidade. Todo o trabalho é fruto de parceria entre a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Vídeo Saúde Distribuidora, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz) e o Canal Saúde. Os documentários da série Curta Agroecologia podem ser vistos no canal da VídeoSaúde no YouTube, em <https://bit.ly/2T5ugtt>.

TERRITÓRIO É SAÚDE

A reconexão com o território passa também pelo desenvolvimento de novas fontes de renda para a comunidade, defendeu Vagner do Nascimento, liderança do FCT. “Nós somos a cultura viva. Somos os guardiões desses territórios. Sem o território nada somos e nossas culturas morrem”, disse Vaguinho, como é conhecido, ressaltando a importância de atividades como o turismo de base comunitária, iniciativas de agroecologia e agroflorestas, protagonizadas por moradores das comunidades locais. “Essas e muitas outras ações promovem o diálogo entre as comunidades e são uma resistência às ameaças que vêm de fora”, observou. Segundo ele, especulação imobiliária, privatização dos territórios, turismo desordenado, avanço de grandes empreendimentos e precariedade de serviços essenciais como educação, saúde, lazer e energia elétrica têm impedido que os povos originários tenham uma relação mais próxima com o ecossistema.

Vagner é também coordenador do Observatório de Territórios Saudáveis da Bocaina (OTSS), um centro de referência para o debate e o desenvolvimento de soluções estratégicas para o território (*Radis* 157). A área vai do litoral sul do estado do Rio de Janeiro ao litoral norte do estado de São Paulo e ali estão espalhadas inúmeras iniciativas que ligam a promoção da saúde à agroecologia. A atuação do observatório no território articula o conhecimento acadêmico e saber tradicional, promovendo o desenvolvimento sustentável e a saúde.

Durante o evento, os participantes visitaram iniciativas de produção agroecológicas em comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas, em áreas de agricultura familiar e camponesa, e de turismo de base comunitária. Além do sítio de seu Valdevino, conheceram também farmácias vivas na Unidade Básica de Saúde do bairro do Pantanal, em Paraty, e espaços locais para formulação de ervas medicinais tradicionais. Viram, ainda, como funciona o sistema de tratamento ecológico de esgoto na Praia do Sono, uma obra sustentável de saneamento que melhora a qualidade de vida dos moradores e não contamina o lençol freático.

As visitas permitiram que os participantes exercitassem um olhar mais ampliado sobre as múltiplas convergências entre saúde e agroecologia e percebessem a relevância de temas como soberania alimentar, economia solidária, participação feminina e produção camponesa para a promoção da saúde. Fernando Carneiro, do GT Saúde e Ambiente da Abrasco e pesquisador da Fiocruz Ceará, ressaltou a importância dessa aproximação com o território. “Um evento muito coerente, com participação efetiva do território na organização. A comida foi produzida pelo quilombo, a hospedagem foi em pousadas ligadas ao turismo comunitário. A discussão, a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória, afirmou a agroecologia como uma potente estratégia de geração de saúde”, declarou.



No Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty, a conexão entre alimento, natureza e território

A saúde como fruto da ligação entre o homem e o território foi lembrada por Julio Karai, da Aldeia Sapucaia. Para os indígenas, ele destacou, a saúde está ligada à liberdade de conviver com natureza e vinculada ao território. “A saúde coletiva envolve o espaço, a terra. Precisamos viver em um ambiente saudável para ter saúde”, observou. A aldeia de Júlio fica em Bracuí, município de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, uma área muito cobiçada pelo mercado, e que sofre enorme pressão de empreendimentos imobiliários. “Nossa luta agora é para garantir o nosso território. Nos locais onde não há demarcação de terra, não podemos pescar e caçar. Isso, para nós, é a nossa saúde. Sem território, não conseguimos passar conhecimento para os jovens, velhos, crianças. Só na terra é que eles podem ter saúde e sabedoria para passar tudo isso para seus filhos”, observou.

LADOS OPOSTOS

De um lado, saúde e qualidade de vida; do outro, produção de doença e prejuízos aos ecossistemas. É assim que o engenheiro agrônomo Dennis Monteiro avalia a produção de alimentos no Brasil. Secretário executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), formada por movimentos sociais, organizações e redes da sociedade civil que estão engajadas na promoção da agroecologia, Dennis defendeu que é preciso transformar o sistema agroalimentar. “Essa é uma tarefa urgente”, disse à *Radis*, em um raro momento de parada no encontro realizado em Paraty. Segundo ele, a tarefa requer muito fôlego já que, do outro lado, estão grandes empresas que vendem agrotóxicos e que detêm faturamentos anuais que chegam à cifra de R\$ 10 bilhões. “Os números mostram porque essas empresas não querem uma política nacional de redução do agrotóxico”, salientou.

O lucro fica com as empresas, mas os impactos e o prejuízo acabam caindo na conta de toda a sociedade, apontou o ativista. Segundo Dennis, a venda de agrotóxicos gera um custo muito alto para o sistema de saúde e provoca a perda de muitas vidas. Ele observou, no entanto, que já há um movimento de consumidores que buscam alimentos saudáveis e com mais qualidade para consumo próprio. “Notamos que há um interesse crescente da população na melhoria da alimentação. Não é à toa que nos últimos anos vimos crescer em todo o país as cooperativas e redes de compra coletivas, e as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), só para citar alguns exemplos”, salientou.

Ele explicou que a ANA é uma articulação de experiências. “Valorizamos a participação dos movimentos de base”, disse. Segundo Dennis, um dos objetivos da ANA é fortalecer a agroecologia, apoiando intercâmbios de iniciativas como as que acontecem em Paraty. Segundo Dennis, diferentemente do agronegócio, a agroecologia vai além da produção de alimentos (leia mais sobre o assunto na *Radis* 190). “A agroecologia mostra quem são e como vivem as populações do campo, das águas e das florestas e o seu modo de produção. Revela toda a enorme diversidade dos povos no meio rural brasileiro, respeitando os ciclos da natureza e valorizando a biodiversidade e a cultura local”, afirmou.

Dennis lembrou ainda que a crise ambiental, de proporções gigantescas, afeta diretamente a população do campo e da cidade. “Questões como a sustentabilidade do ambiente, a preservação da água, o alimento saudável, o respeito e valorização de modos de vida e de culturas são parte da agroecologia. O futuro da alimentação estará comprometido se não tivermos pessoas que saibam produzir, que conheçam o território, suas plantas e animais”, alertou.

ENTREVISTA | Paulo Petersen

AGROECOLOGIA: MAIS EFICIENTE E MAIS SUSTENTÁVEL

LUCAS BOIS/ANA



“Agricultura familiar não produz só alimento, mas trabalho digno e cultura, conserva a biodiversidade e os ecossistemas e produz a paz, porque diminui os conflitos”, aponta o engenheiro agrônomo Paulo Petersen, coordenador executivo da Associação para a Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA). Integrante do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), ele afirma que a agroecologia é muito mais eficiente que o agronegócio, já que é baseada na compreensão dos ecossistemas, da biodiversidade e das dinâmicas ecológicas locais. Em entrevista à *Radis*, realizada em Paraty, ele defendeu que é preciso enfrentar o agronegócio, incentivando a adoção da agroecologia como uma prática sustentável, que respeita a diversidade, a ligação das comunidades tradicionais e dos agricultores com o território e que valoriza a forma de se alimentar local.

Por que optar pela proposta agroecológica para a agricultura?

A agroecologia nasce como uma resposta à industrialização dos sistemas agroalimentares e entende que a agricultura, historicamente, foi desenvolvida em conexão com os ecossistemas. Essa é uma prática que bebe da sabedoria popular. Ela procura compreender os ecossistemas, a biodiversidade, as dinâmicas ecológicas locais. É uma agricultura eficiente, economicamente, ao mesmo tempo em que consegue regenerar a capacidade desses ecossistemas de permanecerem férteis. É uma inovação que produz economicamente e reproduz ecologicamente. Nessa prática, quem produz uma semente própria, produz um insumo que vai virar a produção do próximo ano. Não é apenas algo que vai ser consumido e virar renda como no modelo da agricultura industrial.

O que é a agricultura camponesa?

É a base social e cultural da agroecologia e que possui uma lógica econômica diferente da lógica típica do agronegócio. Não é só uma questão de tecnologia: esse é um trabalho organizado em função dos ciclos da natureza e que permite que a agricultura se reproduza ano após ano. A agroecologia reforça também que não existem receitas universais: essa prática tem que ser ajustada a diferentes localidades e deve dialogar com os saberes locais. Ela provoca uma mudança na forma de entender o conhecimento e nem sempre é reconhecida como ciência, inclusive pela economia, que estabeleceu que “a economia só é aquilo que vai aos mercados”. Entendo que na economia camponesa há muita riqueza que é produzida e circulada, que não depende de mercados, mas está ligada ao autoconsumo, às trocas, à forma de organização, de autoajuda, à cooperação.

Porque a agroecologia implica em uma nova relação com o território?

O Brasil foi estruturado sobre a égide do latifúndio e da monocultura, com a perspectiva de exportação. Isso explica a nossa concentração fundiária, o latifúndio. A agroecologia é uma nova apropriação desses territórios, e para que essa prática seja estabelecida é preciso garantir a relação permanente desses produtores com o território. Uma das grandes agendas do movimento agroecológico, no Brasil, é a reforma agrária e a defesa dos direitos territoriais dos povos e das comunidades tradicionais. É preciso dar estabilidade para que eles construam um capital ecológico, para estabelecer essa relação de reciprocidade com o território.

Quais são as principais diferenças entre agroecologia e agronegócio?

O agronegócio pensa e estrutura o desenvolvimento tecnológico e a forma de ocupação dos espaços como um negócio para extrair mercadorias. Extrai e produz. Com isso, destrói os ecossistemas, o que gera mudança climática, acaba com a biodiversidade e a condição de o território permanecer produtivo no futuro. É uma extração de curto prazo sem compromisso com a regeneração das condições ecológicas, tampouco com o meio de vida das pessoas, dos territórios. Entendemos que essa é uma agricultura insustentável porque destrói as condições biofísicas, e a agricultura depende delas. Além disso, tem uma lógica expansiva e fome de mais terra. Para responder a uma pequena margem de lucro que o agronegócio tem por área, tem que expandir para cima dos ecossistemas, das florestas. Veja que os direitos aos territórios dos povos tradicionais são negados porque suas terras são vistas como fronteiras de expansão do agronegócio.

É possível resistir a esse avanço?

O Estado é cada vez mais controlado pelo interesse das grandes corporações, no Brasil e no mundo. Eles prevalecem e moldam as leis, favorecendo a lógica expansiva. Nós temos usado a palavra resistência. Ela é uma palavra-chave no momento em que estamos vivendo, porque a defesa dos territórios e a reforma agrária estão paralisadas há muitos anos. Nesse momento histórico, resistir é fundamental. Resistir, porque nós já resistimos no passado, conseguimos retomar vários territórios com a reforma agrária. Mas fizemos uma reforma agrária pela metade, sem políticas públicas de apoio. Muitas vezes, quando existiram, levaram para os assentamentos os transgênicos, os agrotóxicos, a monocultura. Ou seja, houve um movimento para subordinar a agricultura familiar à lógica do agronegócio. Por isso que falamos que é preciso fazer uma reforma agrária popular, agroecológica, que vá além da distribuição da terra e que reestruture com profundidade a economia dos territórios.

A agricultura familiar responde por quanto da produção nacional?

Embora não haja informações oficiais disponíveis, não duvido que mais de 70% dos alimentos são produzidos por agricultores familiares. Só não considero esse um ponto central porque a agricultura familiar não produz só alimento, mas trabalho digno e cultura, conserva a biodiversidade e os ecossistemas e produz a paz, porque diminui os conflitos. Sabemos que a agricultura familiar é muito mais eficiente do que o agronegócio, em produção por área. Uma monocultura produz muito de uma coisa só. Uma monocultura de milho pode ser altamente produtiva, mas o volume de produção total em um hectare diversificado, agroecológico, é muito maior. E o resultado não é um milho transgênico, cheio de agrotóxicos. É uma produção diversificada em quantidade e qualidade. Não podemos reduzir ou aceitar o debate à produtividade por hectare, porque o indicador não é esse.

Que indicadores devem ser utilizados?

O indicador é diversidade, qualidade e eficiência. Eficiência é produzir mais com os recursos que se tem, porque a alta produtividade do agronegócio dependeu de muito recurso que veio de fora, de petróleo. Boa parte dos fertilizantes são dependentes de petróleo e isso tem que entrar na conta! Nós

não teremos, por exemplo, mais petróleo para fazer com que os alimentos passem de um lado para outro do planeta, como acontece atualmente. Entendo que a agricultura industrial é altamente ineficiente do ponto de vista ecológico. Claro que existe uma produção por hectare muito elevada, mas é preciso pegar a quantidade final de grão produzido e verificar o quanto entrou de energia no início. Na agroecologia, o aporte de energia é basicamente solar. Há o manejo dos recursos disponíveis, a biodiversidade, energia solar e água junto com o conhecimento local. No agronegócio, os agricultores reproduzem técnicas e se há inovação ela está na mão das corporações.

Há inovação na prática agroecológica?

A capacidade de inovação local é fundamental para manejar os recursos locais e produzir a eficiência, quando se detém o conhecimento. Isso não acontece na agricultura industrial que tem uma lógica econômica que impõe pacotes. Quando o agricultor entra nesse circuito, não consegue mais sair, porque fica preso às dívidas. Para pagar a dívida do ciclo passado, ele contrai uma nova dívida e fica amarrado no sistema financeiro. A agroecologia é uma proposição para mudar esse paradigma e construir autonomia, de conhecimento e recursos. Estamos falando de uma ciência muito avançada, de biotecnologias. Não somos antiquados e sabemos que estamos na fronteira do conhecimento.

Porque a narrativa da modernidade colou no agronegócio?

O agronegócio foi obrigado a criar uma grande campanha ideológica, que agro é pop, mas que só usa palavras de ordem: nós produzimos isso, produzimos aquilo. A agroecologia é apontada como o futuro exatamente porque dá respostas. As evidências empíricas, sistematizadas no mundo acadêmico e nos movimentos populares, demonstram que ela tem não só capacidade de produzir respostas estruturais para o dilema alimentar, mas para um conjunto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Não é só uma saída tecnológica que ela apresenta, mas de reorganização da economia, da agricultura, dos sistemas agroalimentares. Nós trabalhamos com a promoção da saúde, com sistemas agroflorestais e com saneamento. Eu acho que a perspectiva agroecológica só tem sentido se for nessa direção e não é possível pensar essa prática como a retirada dos químicos dos alimentos, os agrotóxicos e os transgênicos. Ela é muito mais do que isso, ela é uma perspectiva de promoção de um ambiente saudável.

É preciso então mudar a lógica da produção à comercialização?

Para ter um enfoque sistêmico, é preciso mudar todas as pontas, respeitando a diversidade e a forma de se alimentar local. Por isso que falamos em relocalizar os sistemas agroalimentares. Os sistemas agroalimentares estão globalizados, todo mundo produz a mesma forma, com as mesmas sementes, as mesmas técnicas e consome as mesmas porcarias. No mundo inteiro! E são poucas empresas que controlam isso tudo. Quando a gente fala em mudanças nos sistemas agroalimentares, é mudança dos impérios alimentares, que estão em todos os lados, da produção até o consumo. É uma ação com propósito transversal e multisetorial. (LM)



VELOZES e VULNERÁVEIS

Responsável por mais mortes que doenças cardíacas, câncer de pulmão, HIV e diabetes mellitus no mundo, trânsito mata 40 mil brasileiros a cada ano e exige atenção intersectorial

ANA CLÁUDIA PERES

Quando entrou no helicóptero naquela manhã de domingo de eleição, em Maceió, Maxwell Padilha Vilaça tinha apenas uma vaga ideia do que iria encontrar no local do acidente. O pedido de socorro que chegou ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), onde ele estava de plantão, informava que uma van que transportava eleitores havia se chocado de frente com uma carreta carregada de cana-de-açúcar. Não sabia muito mais que isso. Maxwell estava a postos. Como cirurgião, foi preparado para salvar vidas. Mas se deparou com uma cena de terror — uma das centenas que o acompanham ao longo de mais de uma década de profissão: vítimas estavam presas às ferragens; os atendimentos tiveram que ser feitos ali mesmo; seis pessoas morreram; pelo menos oito ficaram gravemente feridas e foram encaminhadas para o Hospital Geral do Estado (HGE). “Foi assustador”.

Não existem saídas fáceis para a encruzilhada do trânsito no Brasil. Maxwell sabe bem. Somente em um único dia de janeiro, o serviço onde ele hoje atua como diretor médico, na capital de Alagoas, atendeu 11 ocorrências relacionadas a acidentes nas ruas e rodovias. A cada ano, em todo o Brasil, o trânsito mata cerca de 40 mil pessoas. Mais difícil é calcular a quantidade de hospitalizações, consultas e atendimentos

realizados nos serviços de saúde por causa de eventos envolvendo veículos. Estima-se que, para cada morte relacionada ao tráfego, sete vítimas permanecem em UTI. Segundo o Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), 400 mil pessoas ficam com algum tipo de seqüela após sofrer um acidente e cerca de 60% dos leitos hospitalares do Sistema Único de Saúde são preenchidos por acidentados.

“O custo é imenso tanto pelas vidas perdidas quanto pelo impacto no sistema de saúde”, diz Ednilsa Ramos, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz). “O trânsito não apenas mata, ele altera vidas, deixa pessoas doentes, com incapacidades temporárias ou permanentes que precisam de ajuda e tratamento”. Ainda segundo o Observatório, os acidentes no trânsito resultam em custos anuais de R\$ 52 bilhões. Enquanto isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) sinaliza que o trânsito ocupa a posição nada honrosa de primeiro lugar entre as causas de morte em jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 29 anos — é também a nona causa de morte no mundo, superando o número de suicídios ou assassinatos por arma de fogo. Em 2018, foram 1,35 milhão de falecimentos. Mata mais do que as doenças cardíacas, o câncer de pulmão, o HIV, a diabetes mellitus.

EIS



“O trânsito é uma grave questão de saúde pública que deve ser olhada também pela elevada carga de violência que carrega”, resume a pesquisadora da Fiocruz que há décadas estuda a tragédia urbana representada pela violência no trânsito brasileiro. Para ela, o fenômeno é de uma crueldade ímpar porque revela, antes de tudo, uma relação desigual e brutal entre pessoas motorizadas de diferentes veículos e pedestres. “O que acontece no trânsito é um relacionamento social onde alguns têm o poder e os outros não”, analisa. “Quem está no carro atropela o pedestre, atropela o ciclista. Quem tem o veículo mais potente subjugua o outro de menor porte. É preciso olhar para esses eventos como violentos para tentar entender a complexidade dos fatores envolvidos nos casos de lesões e mortes no trânsito”.

O último Relatório da Situação Global da OMS sobre Segurança no Trânsito, divulgado em dezembro de 2018, parece confirmar o alerta da pesquisadora ao apontar quem são aqueles mais suscetíveis no trânsito: metade das mortes de todo o mundo ocorre entre motociclistas (23%), pedestres (22%) e ciclistas (4%). Especialista em educação para o trânsito, o sociólogo Eduardo Biavati concorda que as relações no trânsito não são democráticas. “A ideia de que a violência no trânsito costuma atingir a todos de

forma igual é uma grande balela”, sustenta. “A verdade é que quem está num Land Rover com seis airbags é capaz de sair de um acidente menos machucado do que o pedestre”. Para ele, o trânsito acaba se tornando mais um reflexo das desigualdades que assolam o mundo. “A maior crueldade é perceber que essa violência atinge os mais vulneráveis. Aqueles que menos têm recursos para lidar com a morte e as incapacitações físicas decorrentes dos acidentes acabam pagando o preço mais alto”.

Eduardo chama a atenção para outro dado revelado pelo relatório da OMS ao apontar que quem mora em países de baixa renda corre três vezes mais riscos no trânsito do que aqueles que vivem nos países desenvolvidos. Isso significa que, de cada 100 pessoas mortas em acidentes de trânsito no mundo, 70 são habitantes de países de baixa renda. O continente africano continua a apresentar as taxas mais elevadas de mortalidade por lesões no trânsito, enquanto as mais baixas são registradas na Europa. Para Jack Szymanski, o brasileiro que está à frente da Associação Internacional de Medicina do Tráfego (ITMA), esses resultados estão intimamente ligados ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, por sua vez, tem por base a educação, a longevidade e a renda per capita de cada país.



Cirurgião Maxwell Padilha (empurrando a maca) em mais um atendimento do Samu de Alagoas: em um único dia 11 acidentes de trânsito

CARLA OSÓRIO CLETO/SAMU ALAGOAS



Talvez seja por isso que tanto a OMS quanto a ONU e também a Cruz Vermelha passaram a incluir o trânsito no pacote das crises humanitárias globais, ao lado por exemplo do surto do vírus Ebola e do drama dos refugiados. Para que fique ainda mais claro: 90% das mortes por lesões ocorrem em países de baixa e média renda, que detêm apenas 54% dos veículos do mundo. É esse quadro que vem se tentando mudar. Em setembro de 2015, quando os 193 chefes de Estado presentes na Assembleia Geral das Nações Unidas adotaram a histórica agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluíram entre seus objetivos proporcionar o transporte seguro, sustentável e a preço acessível para todos. Uma das metas pactuadas consiste em reduzir pela metade as mortes e os feridos em acidentes de trânsito em todo o mundo, até o ano de 2020.

Mas em um sistema complexo e de mão dupla, em que máquinas potentes e pessoas transitam pelo mesmo espaço, essa não tem sido uma tarefa simples. E apesar de alguns ensaios e outras tentativas de acerto e erro que acabaram por diminuir lentamente a letalidade no trânsito brasileiro — entre 2010 e 2016, o país reduziu em 14,8% o número de mortes por acidente —, continuamos bem longe de alcançar a meta. O Brasil ainda aparece em quarto lugar entre os países recordistas em mortes no trânsito, ficando atrás apenas de China, Índia e Nigéria.

NA FAIXA DE SEGURANÇA

No Samu desde o final de 2005, Maxwell assistiu de perto à maioria das mudanças implantadas no trânsito no Brasil da última década e que incluem alterações no Código Brasileiro de Trânsito e a instauração de uma legislação mais rigorosa. A chamada Lei Seca, em vigor no território nacional desde 2008 — que proíbe o motorista de conduzir sob efeito do álcool e o abuso de qualquer porcentagem da droga no sangue quando ele estiver na direção —, é

vista pela OMS como uma das mais severas do mundo e pode ser considerada responsável pela redução de mortes no Brasil, apesar de tudo. Mas para o médico alagoano que vive no dia a dia a tragédia do trânsito brasileiro, essa mudança ainda é insignificante. No ano passado, o Samu de Alagoas recebeu 361 mil ligações — 40% delas relacionadas a acidentes no tráfego. Maxwell considera que falta fiscalização e punição.

Já Eduardo Biavati costuma dizer que “acidentes de trânsito não são acidentais”. Em entrevista à *Radis*, o especialista reforçou a ideia de que há inúmeros fatores (ou, como ele prefere, vários cúmplices) que contribuem para que o Brasil continue a figurar entre os países de trânsito mais letal em todo o mundo. Ele não tem dúvidas de que a redução dos acidentes passa necessariamente por um trabalho de educação e de vontade política que envolve uma agenda intersetorial. “Não é só uma questão de comportamento do brasileiro — esse nós já sabemos que não é exemplar”, ele diz. “Mas acidentes acontecem em um espaço territorial que tem responsáveis que devem se comprometer com seus deveres”. O especialista insiste em uma das ideias centrais dos programas voltados para um trânsito seguro: “Essa violência, as mortes, o número incalculável de feridos, os dramas provocados por lesões, tudo isso passa pela responsabilidade de vários agentes, incluindo diversos setores da gestão pública”.

Em 2010, o Brasil iniciou o “Vida no Trânsito”, uma parceria do Ministério da Saúde com a OMS. Foi a versão brasileira do projeto batizado internacionalmente de Road Safety in 10 Countries, ou RS10, como parte das estratégias da Década de Ação pela Segurança do Trânsito (2011-2020) proposta pela ONU. O objetivo: fortalecer as políticas de prevenção de lesões e mortes no trânsito por meio da qualificação, planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação de ações. Inicialmente implantado em cinco capitais, Recife, Belo Horizonte, Goiânia, São Paulo e Curitiba,



DIVULGAÇÃO/CORPO DE BOMBEIROS DF

MAURICIO MASCAROPÉXELS

“ESSA VIOLÊNCIA, AS MORTES, O NÚMERO INCALCULÁVEL DE FERIDOS, OS DRAMAS PROVOCADOS POR LESÕES, TUDO PASSA PELA RESPONSABILIDADE DE VÁRIOS AGENTES”

Eduardo Biavati, especialista em educação para o trânsito

o programa se estendeu para a quase totalidade dos municípios brasileiros. Eduardo foi um dos coordenadores do “Vida no Trânsito” em Porto Alegre.

Na sua avaliação, o grande mérito do programa foi ter elencado o campo da Saúde como um dos protagonistas das ações. “O ‘Vida no Trânsito’ atuou nos bastidores de uma mudança muito importante no sentido de fazer do trânsito, de forma mais firme do que antes, uma questão de saúde pública”. Segundo Eduardo, o programa formatou um modelo de organização das informações e de tratamento de dados nunca antes visto. Entre outras atividades, elaborou um plano de ações integradas e intersetoriais a fim de combater dois enormes fatores de risco no país: a união nefasta entre bebida e direção e a inadequada velocidade excessiva dos motoristas brasileiros. “O olhar dos profissionais da saúde sobre as políticas de trânsito era capaz de observar não apenas aqueles que morreram, mas as consequências dos acidentes na vida dos sobreviventes e o impacto disso sobre as famílias”, elogia. “Ou seja, tudo o que sempre foi muito claro para a gestão da saúde, mas não era tão claro para a gestão do trânsito”.

Ednilsa Ramos, que ao lado de outros seis pesquisadores lançou o livro “Vidas Preservadas” para avaliar o impacto desses e de outros programas e experiências de prevenção de acidentes do trânsito, concorda. Mas, para ela, o avanço ainda foi muito pequeno, como se as políticas permanecessem trafegando dentro da faixa de segurança. No Brasil, ela argumenta, o trânsito ainda vem sendo pensado de forma muito tradicional, apenas do ponto de vista do cálculo e da engenharia do tráfego. “As medidas adotadas ainda priorizam o fluxo do automóvel, o fim dos engarrafamentos, o não congestionamento”, diz. “Difícilmente se considera a liberação das vias para o pedestre e se esquece de levar em conta a relação entre esses fatores”. O que não se percebe, ela continua, é que do ponto de vista do engenheiro a solução pode ser perfeita. Mas vidas humanas não cabem na matemática.

De tempos em tempos, novos programas são apresentados como uma novidade. No final de julho de 2018, foi a vez do governo de Michel Temer anunciar que pretendia reduzir pela metade, em uma década, os acidentes de trânsito no Brasil. Dessa vez, o Ministério das Cidades se comprometeu em coordenar as ações. Na ocasião, o então ministro Alexandre Baldy não demonstrou preocupação com o prazo para coleta de dados e implementação do programa. À Agência Brasil (31/7), ele frisou que essa é uma “política de Estado”, que deveria ficar para a próxima gestão [iniciada em janeiro com Jair Bolsonaro]. A atual gestão ainda não anunciou programas para a área. No início de janeiro, foram comunicadas apenas as mudanças previstas para 2019, de acordo com a lei de trânsito, como a introdução nos veículos das novas placas padrão Mercosul, multas para pedestres e ciclistas que andarem fora das áreas determinadas e freios ABS e CBS para motos.

**“A 90 km/h, A
PROBABILIDADE DE
ÓBITO EM CASO DE
ATROPELAMENTO
É DE 100%”**

Jack Szymanski, presidente
da International Traffic
Medicine Association



VELOCIDADE MÁXIMA

Era uma noite de domingo e Maxwell também cumpria plantão, quando um motorista que dirigia uma caminhonete em altíssima velocidade rodou na pista e subiu a calçada desgovernado, atingindo em cheio um ponto de ônibus em frente a um shopping, em Maceió, atropelando 10 pessoas. O médico conta que foi difícil conseguir manter a calma e o equilíbrio, características que ele aponta como fundamentais para um profissional do Samu. “Mas também é necessário ser capacitado. Se precisar fazer uma traqueostomia no paciente ali mesmo, você faz. Se tiver que dissecar uma veia, tem que saber dissecar”. No dia do acidente, Maxwell começou a atender os feridos na calçada. Duas pessoas morreram no local e seis ficaram em estado grave, algumas delas com traumatismo craniano.

De todos os dados do último estudo da OMS sobre o assunto, um mostra-se particularmente grave. O Brasil encabeça a lista de países violentos no trânsito ao aparecer como o pior do globo quando o assunto é o limite de velocidade em áreas urbanas. Enquanto a orientação é de que todas as cidades ao redor do mundo adotem velocidades máximas de 50 km/h nas áreas urbanas e 30 km/h em áreas residenciais ou com grande circulação de pessoas, o Brasil é exemplo de desrespeito. Aqui, nesses espaços, as velocidades variam entre 60 e até 90 km/h. Para Jack Szymanski, isso denota um problema que é a um só tempo cultural e de gestão. “Nossas autoridades ainda não se conscientizaram da necessidade de redução da velocidade”, critica, esmiuçando o que parece uma realidade incontestável. “Quanto maior a velocidade média no trânsito, maior é a probabilidade de uma colisão e maior também a gravidade de suas consequências”.

Para que não restem dúvidas sobre o axioma, Szymanski lança mão da Curva de Ashton — um gráfico amplamente conhecido, elaborado em 1992 e hoje utilizado mundialmente por departamentos de trânsito, especialistas e profissionais da área — que relaciona a velocidade veicular à ocorrência de óbito. Ela demonstra que, naturalmente, quanto maior a velocidade, menor a sorte do pedestre. “A probabilidade de uma lesão fatal quando a velocidade é de 50 km/h é de 40%. Quando a velocidade é de 60 Km/h, o percentual de óbitos vai a 60%. Já a 90 km/h, a probabilidade de óbito em caso de atropelamento é de 100%”, traduz. O especialista lamenta que continue a prevalecer em determinados setores do trânsito — “e por meras questões políticas”, ele inclui — um perigoso desvio de uma avaliação rigorosa sobre o assunto, minimizando a importância de preservar vidas.

“Ninguém chega ao Sarah porque bateu o carro a 15 km/hora”, completa Eduardo Biavati, fazendo referência à famosa rede Sarah Kubitschek de hospitais de reabilitação, cujos acidentes de trânsito respondem por cerca de 50% do total de internações por causas externas. “Não tem mágica, a 15km, ninguém fica tetraplégico”. Para ele, a velocidade é o grande nó do trânsito brasileiro nos aglomerados urbanos.

De forma didática, Eduardo explica que não é necessário fazer mais nenhuma pesquisa para descobrir que, se você reduz a velocidade, reduz também a mortalidade. Segundo o especialista, a pergunta que deveria ser feita é: “Até qual velocidade é possível garantir que a pessoa não morra em um acidente de trânsito?”. Foi isso o que aconteceu na cidade de Nova York, quando as autoridades instituíram uma única velocidade para o tráfego nas áreas urbanas, que hoje não passa de 40km/h. “Nós humanos devemos ser o parâmetro, não o automóvel”.

EM MARCHA LENTA

Não é como se nada houvesse sido feito. O Brasil possui um Código de Trânsito considerado amplo e bem elaborado e, nas últimas duas décadas, tem merecido destaque e loas por parte inclusive da OMS a instauração de leis mais rígidas. Além da própria Lei Seca, há outras medidas como a lei que regula a atividade profissional dos motoristas de transporte de carga, a obrigatoriedade do uso de capacete, do cinto de segurança e do sistema de retenção pra crianças, ou ainda a instalação de mais radares e multas mais pesadas. Mas para os especialistas ouvidos por Radis, é quase como se estivéssemos andando como pedestres em um trânsito veloz que não para de fazer vítimas.

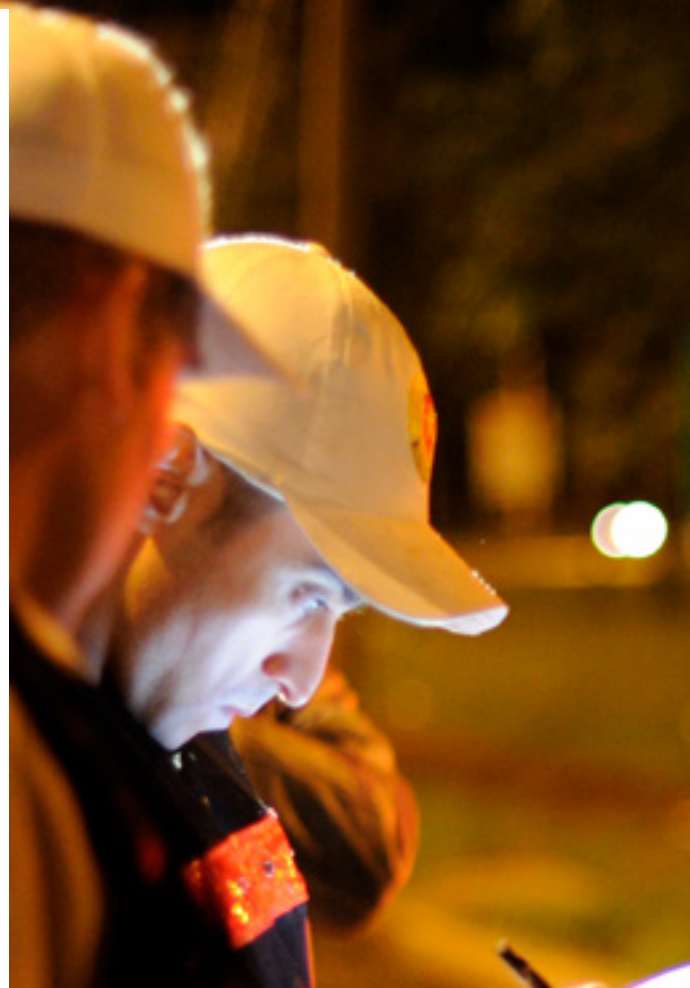
Ednilsa Ramos chama a atenção para um certa banalização das mortes no trânsito. Ela lamenta que, diferente das questões consideradas violentas como o homicídio, o drama do trânsito não pareça causar o mesmo impacto sobre a população tampouco venha recebendo a atenção merecida por parte dos gestores públicos. Diga-se que, nos últimos cinco anos, de acordo ainda com o Observatório Nacional de Segurança Viária, ocorre uma morte no trânsito a cada 12 minutos. Na ponta do lápis, é ainda mais do que a média de mortes por armas de fogo — uma a cada 13 minutos. “A morte no trânsito ainda comove menos do que a morte por homicídio. No caso do trânsito, acaba-se culpabilizando a vítima que estaria embriagada ou teria atravessado fora da faixa de pedestre”, ela diz.

É como se quem morre no trânsito, morresse menos, provoca Ednilsa, lembrando de uma questão que sempre incomodou a pesquisadora Cecília Minayo, coordenadora Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Fiocruz) e uma outra autora do livro “Vidas Preservadas”. Ednilsa acredita que ainda há muito a discutir até que se consiga sensibilizar as políticas e também a sociedade sobre o assunto. Para ela, não se trata apenas de diminuir a velocidade, instituir legislações mais duras ou apertar a fiscalização. “São necessárias articulações com distintos setores. Saúde, educação, órgãos de trânsito, justiça devem andar juntos”.

Em relação à saúde pública, os especialistas concordam que não é preciso inventar a roda a fim de consolidar o trânsito como um indicador de cidadania, como sugerido nas páginas de “Vidas preservadas”, que em seu capítulo final aponta um bom trajeto a ser percorrido: “É imprescindível que as abordagens preventivas atuem em um nível

individual, buscando a renovação de valores, de relações e de visões de mundo. No nível comunitário, incentivando o respeito e a solidariedade nas várias formas de circulação nas ruas e estradas”. E no nível político e social, sugerem os autores, é necessário a existência de uma prática intersetorial que dê prioridade à circulação das pessoas e a estratégias que diminuam as horas perdidas no trânsito. Mas que também reduzam as mortes e as lesões evitáveis.

Não passava de 9 horas da manhã, quando Maxwell conversou com a reportagem de *Radis*, por telefone, diretamente do Samu de Alagoas. Estava novamente de plantão e, por sorte, ainda não havia recebido nenhum chamado. Era um dia calmo, bem diferente de outros vistos nesta reportagem. Casado e pai de dois filhos, ele está onde sempre quis estar, afirma. Faz 100 horas por semana de trabalho. Atua tanto socorrendo vítimas do trânsito nas unidades móveis do Samu quanto recebendo pacientes acidentados no pronto-socorro do HGE. Prefere ir para a rua. E já se encontrou diante da escolha de Sofia precisando escolher entre os pacientes que têm mais chance de sobrevivência em um acidente. Infelizmente, viu muitas vidas se perderem. Mas, para ele, nada se compara à sensação de salvar milhares de outras. Ele sabe que, em um trânsito que faz 31,3 vítimas fatais por cada 100 mil habitantes, a qualquer momento alguém pode chamar o número 192.





Um app para o trânsito

Imagine uma plataforma digital colaborativa que combine dados e informações em saúde para serem compartilhados com indivíduos e instituições preocupados com a violência no trânsito. O pesquisador Marcílio Medeiros, do Instituto Leônidas e Maria Deane (Fiocruz/Manaus), resolveu transformar a inspiração em um projeto recém-aprovado pelo edital Ideias Inovadoras da Fiocruz. Com a ferramenta, um aplicativo para telefone móvel (também conhecido como App), será possível integrar e qualificar os sistemas de informações dos diversos órgãos responsáveis pelo registro e atendimento das vítimas de acidentes.

O App para o trânsito bebe na fonte de outras plataformas bem-sucedidas como a experiência do Guardiões da Saúde, um aplicativo de vigilância participativa criado para ajudar na identificação preventiva de doenças e epidemias. Esse aplicativo mapeia a ocorrência de sintomas similares em determinadas localidades, permitindo a adoção de providências para informar e proteger a população de forma ágil. Outro exemplo é o Fogo Cruzado — aplicativo que vem aprofundando o debate sobre segurança pública no Rio de Janeiro ao permitir que qualquer cidadão compartilhe dados toda vez que presenciar ou ouvir um tiroteio na cidade. Para Marcílio, as informações não-oficiais produzidas no espaço digital também podem ser um poderoso aliado de enfrentamento à violência no trânsito.

“As pessoas têm usado cada vez mais as redes sociais para registrar os acidentes. A ideia é utilizar essas informações compartilhadas para subsidiar ações do setor saúde”, explicou à Radis. A partir daí, os testes dos dados produzidos pela Plataforma Digital Colaborativa da Vigilância da Violência no Trânsito — esse o nome oficial do App — serão monitorados e sistematizados de forma compartilhada com as autoridades sanitárias, de trânsito e de segurança pública. Ou seja, a plataforma idealizada por Marcílio pretende tanto mobilizar a sociedade para a necessidade de construção de uma agenda pública de saúde e de segurança no trânsito quanto acelerar o fluxo de conhecimento sobre as ocorrências facilitando as ações dos órgãos competentes. Previsto para ser desenvolvido em 24 meses, o projeto será aplicado inicialmente em Manaus, mas a intenção é que se estenda para outras regiões do país.

“As mídias sociais devem ser usadas para a mobilização social”, reforçou Marcílio que já tem um acúmulo teórico na discussão sobre a violência no trânsito. Em pesquisas e ensaios anteriores, ele propõe uma leitura do assunto pela perspectiva dos determinantes sociais. “Nossa ações costumam ser estabelecidas pela lógica da máquina, rápida e veloz. Mas é preciso discutir a violência no trânsito por uma perspectiva maior, de mobilidade urbana”, diz, lamentando que ainda hoje seja mais comum ver ações de infraestrutura que priorizem um recapeamento das vias em detrimento da recuperação de calçadas. (ACP)

"O TRÂNSITO É UM ESPAÇO PÚBLICO"

Ele é médico oftalmologista e especialista em Medicina de Tráfego. O interesse começou quando, ao realizar um estudo nos anos 1990, descobriu um dado revelador: os acidentes com motocicleta eram uma das maiores causas de trauma no Sistema Único de Saúde e principal motivo de afastamento do trabalho por doença no país. Duas décadas depois, o paranaense Jack Szymanski é o nome à frente da International Traffic Medicine Association (ITMA), instituição ligada à Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesta entrevista à *Radis*, ele analisa o comportamento do brasileiro no trânsito, defende a prevenção como o principal caminho para reduzir a mortalidade e a morbidade nos acidentes e repercute os dados do último relatório da OMS sobre o tema, divulgado em dezembro.

Por que o brasileiro parece sempre tão impaciente no trânsito? Ou, ainda, o que o trânsito no Brasil revela sobre nós, brasileiros?

A princípio é uma questão cultural. São diversos os fatores que vão revelar a postura do brasileiro no trânsito. Primeiramente precisamos investir na formação dos condutores, orientando-os dos riscos que envolvem o ato de dirigir e não apenas ensinar a fazer o carro andar e estacionar. Pouco é feito no treinamento com relação a condições adversas como as condutas a serem tomadas com chuva, névoa, neblina, na área urbana, na rodovia, de dia ou de noite. Nossos exames médicos e psicológicos para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), apesar de tornarem-se cada vez mais rigorosos, ainda não conseguem detectar indivíduos pouco responsáveis, compulsivos, com distúrbios comportamentais e até portadores de doenças psiquiátricas, obtendo uma qualificação mais adequada do motorista para essa atividade de risco, que é a direção veicular. Ao volante, o comportamento masculino exigente, dominador, agressivo, imediatista e irritado, contrasta com o temperamento feminino passivo, cauteloso, paciente e tranquilo. A agilidade, a pressa, muitas vezes a compulsão para a velocidade são fatores presentes no universo masculino. Daí podermos entender que o homem na direção veicular tem todos os componentes para a sinistralidade. Há o motorista 'dono do mundo', briguento, agitado, reclamão, que se considera ótimo no volante e tem grande dificuldade em admitir os próprios erros, mesmo que sejam evidentes. Para eles, a culpa é sempre do outro, e comportam-se no trânsito como se estivessem em casa, onde têm o poder de criar regras próprias. Mas também há o motorista cauteloso, que para e dá a passagem de forma

civilizada e segura, mantendo um entendimento cordial no trânsito principalmente em grandes congestionamentos.

E que outros fatores influenciam o comportamento do motorista?

Há fatores como, por exemplo, o uso de bebidas alcoólicas que é uma prática enraizada na América Latina, estando inserido em nosso meio e fazendo parte das festividades, da cultura e da economia da região. No entanto, o impacto que o uso dessa substância infere sobre a saúde pública é alarmante, com destaque para o uso de álcool por menores, o uso de bebidas alcoólicas associado com direção veicular e a dependência dessa substância. Aos poucos vamos criando uma consciência voltada à necessidade de evitar o consumo de álcool ao dirigir, assim como o uso de outras drogas lícitas e ilícitas. Não poderia deixar de citar o exame toxicológico de larga janela, atualmente obrigatório nos exames de Avaliação Física e Mental para candidatos à obtenção das categorias C, D, E, ou renovação da CNH nestas categorias, que é uma tecnologia laboratorial que representa o que há de mais avançado no mundo para detectar o uso regular de drogas psicoativas. É uma poderosa arma no combate ao consumo de drogas e na efetiva redução da violência viária envolvendo motoristas profissionais. Enfim é preciso ensinar todos os aspectos que o automóvel e o trânsito representam, levando-se em conta as questões de educação e cidadania. Que o trânsito é um espaço público e que as pessoas têm de saber dividir e conviver. Investimentos em educação, legislação e infraestrutura, aumento da fiscalização com policiamento nas ruas, rigor da legislação e mudanças na formação dos condutores são a chave para reduzir significativamente as mortes no trânsito.

O risco no trânsito é três vezes maior nos países de baixa renda do que nos países de alta renda, aponta relatório recente da OMS. Que leitura podemos fazer desse dado?

Triste realidade. É possível notar que o risco de acidentes e consequentes óbitos no trânsito estão intimamente ligados ao IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] que, por sua vez, tem por base a educação, a longevidade e a renda per capita de cada país. Os resultados do último estudo da OMS nos levam a crer que os países de baixa renda não apresentam suficiente fiscalização e/ou leis sobre segurança viária que melhoram o comportamento dos usuários das vias e reduzem as colisões, atropelamentos e

consequentes lesões e mortes no trânsito. Especialmente as leis relacionadas com os cinco principais fatores de risco, que são o excesso de velocidade, condução sob efeito do álcool, o não uso de capacetes pelos motociclistas, o não uso de cintos de segurança e sistemas de retenção para crianças. As mudanças mais positivas no comportamento dos usuários das vias ocorrem quando a legislação é associada a uma aplicação rigorosa e continuada da lei e pela sensibilização do público.

O levantamento da OMS também indica o Brasil como o pior país quando o assunto é limite de velocidade em áreas urbanas. O que pode ser feito para modificar essa realidade?

Aí também parece ser um problema cultural em nosso país. Nossas autoridades ainda não se conscientizaram da necessidade de redução da velocidade em nossas áreas urbanas. Quanto maior a velocidade média no trânsito, maior é a probabilidade de uma colisão e maior a gravidade de suas consequências. Investimentos em transporte público e regras mais rígidas com a redução da velocidade em áreas centrais e residenciais já são usuais na Europa e são diferenciais para um trânsito menos letal. A tendência mundial é a expansão do transporte coletivo e a melhoria da segurança no trânsito, principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade. A OMS sugere que todas as cidades do mundo adotem velocidades máximas de 50 km/h nas áreas urbanas e 30 km/h em áreas residenciais e/ou com grande circulação de pessoas. Portanto, o que há de mais revelador no relatório sobre o trânsito no Brasil é sem dúvida o desrespeito ao principal fator de risco para a segurança no tráfego, ditado pela OMS, que é a ausência de uma lei uniforme, com limites de velocidade em vias urbanas em todo o país. Temos no Brasil velocidades de 60, 70, 80 e até 90 km por hora liberadas em zonas urbanas, o que demonstra uma grande irresponsabilidade na manutenção de um trânsito seguro. A aplicação da lei é essencial para o cumprimento dos limites de velocidade que devem obedecer a recomendação da OMS. Sem esta aplicação, contínua e visível, o potencial da legislação sobre velocidade para salvar vidas, em nosso país, ainda está longe de ser atingido.


Por que ainda estamos tão longe de solucionar a violência no trânsito?

Estamos caminhando, a passos lentos, mas estamos. Também há de se levar em conta o tamanho continental do Brasil. Temos de dar mais atenção às necessidades dos pedestres, ciclistas e motociclistas que em conjunto somam quase a metade das mortes em lesões no trânsito mundial. Não será possível tornar mais seguras as vias para os mais vulneráveis se não se tomar em consideração as necessidades desses usuários em todas as abordagens voltadas à segurança viária. Tornar mais seguro os deslocamentos a



ACERVO PESSOAL

MAURICIO MASCARO/PEXELS

pé ou de bicicleta terá outros benefícios, caso os modos de transporte não motorizados se tornem mais populares, incluindo o exercício físico e a redução das emissões de gases e benefícios para a saúde associados a essas mudanças. Outra medida extremamente perigosa é a passagem das motos no corredor formado entre os carros. No Brasil, ela é permitida desde 1997. Naquele ano a proibição, que vigorava no antigo Código de Trânsito, foi revogada por um veto de natureza política, para não dizer irresponsável, do então Presidente da República [Fernando Henrique Cardoso], cuja justificativa, que causou tantas mortes em nosso trânsito, foi de que a proibição 'limitaria a agilidade de um veículo pensado justamente para tal'. Também, tornar os carros mais seguros significa salvar vidas no trânsito, cumprindo os padrões internacionais básicos sobre segurança veicular, assim como manter nossas vias mais seguras com a duplicação de rodovias, sinalização eficiente e policiamento. Minha linha de pensamento é a preventiva e o foco principal, o combate à violência no trânsito, especialmente em países mais fragilizados nessa área e que têm os maiores índices de mortes em acidentes de tráfego. Mas ainda estamos longe de encontrar soluções para a redução dos acidentes em nossas cidades e estradas, que causam mortes, sequelas, perdas patrimoniais e deixam famílias no desalento e desprotegidas. (ACP) 

SAIBA MAIS

Relatório da Situação Global da OMS sobre Segurança no Trânsito
<https://goo.gl/8Ue1mm>
Observatório Nacional de Segurança Viária www.onsv.org.br
Livro Vidas Preservadas: Vários autores, Hucitec Editora
Documentário Saúde em Trânsito, da Videosaúde Distribuidora
<https://goo.gl/Sxd7ML>

As fotos que ilustram a matéria integram a exposição "Ausência", da fotógrafa Nana Moraes. Leia mais na pág. 31



UMA QUESTÃO DE CIVILIDADE

Eventos resgatam atualidade e desafios impostos ao cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos

ADRIANO DE LAVOR E BRUNO DOMINGUEZ

Durante todo o ano de 2018, eventos e campanhas celebraram em todo o mundo os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, lançados no dia 10 de dezembro de 1948. Em uma das iniciativas, a Unesco reforçou a necessidade de promover o documento, envolver a sociedade e refletir sobre o seu conteúdo. “Nosso propósito é envolver uma ampla base de públicos de todo o mundo para ajudar a promover a compreensão sobre como a Declaração Universal empodera todos nós, e para motivar mais reflexão sobre as formas como cada um de nós pode defender os direitos, todos os dias”, recomendava a agência da ONU.

No Brasil, uma série de eventos marcaram a passagem da data, como o ato litúrgico organizado pela Frente Inter Religiosa Dom Paulo Evaristo Arns por Justiça e Paz, que reuniu na Catedral Metropolitana de São Paulo católicos, budistas, evangélicos, indígenas, judeus, muçulmanos, e fiéis de religiões de matriz africana, quando destacaram princípios humanitários comuns às crenças — e que estão na origem da conquista civilizatória dos direitos humanos.

Na Fiocruz, dois eventos celebraram os 70 anos do documento. No fim de novembro, o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz) organizou um seminário e uma exposição de fotografias, quando se discutiu a atualidade da declaração e a relação de seu conteúdo com o direito à informação, à comunicação e à saúde; em dezembro, na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), avaliou-se o futuro.

“Não são boas as notícias sobre direitos humanos. Não são boas na saúde, nem nos direitos sociais, não são boas no Brasil e não são boas no mundo”, advertiu Reinaldo Guimarães, vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Ele disse enxergar um momento de crise na conjuntura multilateral de resolução de conflitos entre nações, construída no pós-Guerra — e na qual se originou a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Hoje, avaliou ele, cerca de 80% do orçamento da OMS têm origem privada, o que em sua opinião coloca em crise a

arquitetura que sustenta os princípios defendidos pela declaração, inclusive o direito à saúde. No Brasil, a crise se percebe nas ameaças às políticas sociais e na fragilização do SUS, disse ele, fatos “que não devem arrefecer a vontade de transformar” ou de modificar essa conjuntura, recomendou, no seminário organizado pelo Icict. Para o pesquisador, “a comemoração dos 70 anos da declaração deve se estender por todos os dias, até o momento em que possamos modificar toda essa conjuntura em que estamos vivendo”.

AGENDA CIVILIZATÓRIA

A pesquisadora Lúcia Souto, vice-presidente do Centro Brasileiro de Saúde (Cebes) também fez alusão a um cenário mundial desfavorável à defesa dos direitos humanos, recorrendo a dois autores. Em primeiro lugar, citou a filósofa alemã Hannah Arendt, em seu livro “As origens do totalitarismo”, quando denunciou as mortes em escala industrial produzidas pela Segunda Guerra e a criação de uma multidão de apátridas, “pessoas excluídas do direito de ter direitos”; em segundo lugar, lembrou do também filósofo Noam Chomsky, americano, que chamou atenção para o fato de a sociedade alemã não ser bárbara, antes da criação do nazismo, “e no entanto de uma hora para outra, se aprofundar num abismo de destruição e matança”. Isso é um alerta para o desafio que temos à frente, advertiu Lúcia, que considera uma responsabilidade cidadã a defesa diária da declaração.

Maria Helena Barros, coordenadora do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (Dihs/Ensp/Fiocruz) felicitou a iniciativa, considerando fundamental a oportunidade de refletir sobre a convergência entre saúde e direitos humanos. “Essa é uma luta diária de resistência”, sinalizou. Rodrigo Murтинho, diretor do Icict, relacionou a discussão com a conjuntura política do país, lembrando da frase que circulou nas redes sociais no fim de 2018, onde se lia “Ninguém solta a mão de ninguém”. Ele explicou que o evento tinha como um dos objetivos atualizar o debate sobre o assunto, incluindo temas como a informação e a comunicação. “Não é à toa que

estamos discutindo isso nessa biblioteca, que se consolidou como um espaço de liberdade de expressão, da qual não abriremos mão”, pontuou.

Presidente da Fiocruz, Nísia Trindade ressaltou a importância em se comemorar os 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos: “Comemorar é lembrar juntos, portanto é um ato de memória; por outro lado, para aqueles que não viveram a sequência destes 70 anos, é também um ato de história”, declarou, lembrando que o documento foi redigido em um contexto de reconstrução, pós-barbárie, que viabilizou a convergência de intelectuais em torno de uma agenda comum. “Essa agenda é atual e deve ser permanente na defesa do direito ao conhecimento, ao desenvolvimento tecnológico e à comunicação pública”, defendeu Nísia.

Ela disse perceber, ao analisar as fotos selecionadas para a exposição, imagens que retratam, ao mesmo tempo, violência e movimento, o que em sua opinião evoca a necessidade de debate no espaço público, como os que estavam sendo propostos naquele momento. “É importante ir além da conjuntura e ser propositivos na afirmação de direitos”, assinalou, referindo-se à decisão do Conselho Deliberativo da Fiocruz em se posicionar em favor da liberdade de expressão, da liberdade de pesquisa e da liberdade acadêmica — o que em sua opinião reforça o papel institucional ao situar a discussão sobre saúde em um contexto mais amplo e reafirmar a agenda civilizatória proposta por Sergio Arouca.

Coordenador do Programa Radis, Rogério Lannes ressaltou a relevância em se discutir os temas comunicação e saúde associados aos direitos humanos, observando que o momento aponta para a reafirmação de princípios e direitos. “É preciso estarmos animados para pesquisar, produzir, trabalhar o conhecimento e agir”, disse, apresentando as credenciais de um dos convidados do evento, o jornalista Paulo Vannuchi e ex-ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos (2005/2010) e integrante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2014/2017), atual presidente da TV dos Trabalhadores (Rede TVT).

“Os processos históricos são irreversíveis”, sinalizou Vannuchi. Ele recordou que muitos milênios de guerras e de matanças antecederam o avanço civilizatório, ganho “que nenhum discurso tosco e desinformado vai conseguir anular”, e comparou o texto da declaração de 1948 a um poema épico, a começar pela afirmação da dignidade inerente do ser humano — o que em sua interpretação significa afirmar sua condição central da figura humana, individual ou coletiva, em qualquer projeto histórico ou econômico. Vannuchi declarou certeza de que o país irá superar mais este “contraciclo”, afirmando que o momento é de perplexidade, mas também de ação e de aprendizado. “Não importa quanto tempo, vamos voltar ao ciclo civilizatório”, assegurou.

O ex-ministro lembrou que a declaração foi firmada logo após os horrores da Segunda Guerra, momento ilustrativo das contradições do homem, único animal capaz de torturar, mas também de manifestar generosidade e solidariedade, ou de se submeter ao martírio para proteger seus companheiros. “Esses são temas para a gente refletir”, apontou, lembrando que o documento foi lavrado 300 anos depois de assinada a Paz de Vestfália (uma série de tratados que encerraram a Guerra dos 30 anos), outro momento de perplexidade, quando se chegou à





conclusão de que as questões de fé eram complexas demais para estarem inseridas na constituição dos Estados-Nação que, portanto, deveriam se tornar laicos. “Nos dias de hoje nós vemos uma regressão absurda neste campo”, avaliou.

De todo modo, assinalou Vannuchi, é da perplexidade diante do horror da Segunda Guerra que nascem, em 1945, as Nações Unidas, quando se firmam acordos em torno de três temas: paz, segurança e desenvolvimento. Segundo ele, é a declaração que sinaliza o início da construção deste mundo que a ONU propunha construir. Somente 1966, no entanto, é que se firmam os primeiros tratados vinculantes, resultantes da declaração em si. Um deles assegurando direitos civis e políticos, outro garantido os econômicos, sociais e culturais. Outro momento citado por Vannuchi foi a Conferência de Direitos Humanos realizada em 1993 em Viena, na Áustria, quando se defendeu a ideia de que não existe igualdade onde não existe liberdade.

O ex-ministro defendeu a criação de uma nova sociedade onde seja possível concretizar o projeto dos direitos humanos, sugerindo que é preciso “saber lutar, saber vencer”. Após resgatar importantes momentos da história do Brasil nos últimos 70 anos, ele citou o filósofo italiano Norberto Bobbio, que recomendava a leitura da declaração universal para se medir a distância entre o que se propunha e o que se conquistou, e Hannah Arendt, que assegurava que o direito não é natural, mas que regula as desigualdades já presentes nas estruturas da sociedade. Vannuchi lembrou, otimista, que embora o tempo histórico não seja cíclico, e que, mesmo diante de momentos de retrocesso, é preciso perceber que há uma marcha de progresso em curso, o que exige de todos uma análise de erros e disposição para iniciar um novo ciclo.

Integrante do Conselho Nacional de Direitos Humanos, a jornalista Lara Moura, do coletivo Intervenções, lembrou da relação entre liberdade de expressão, de pensamento e do livre conhecimento com a defesa dos direitos humanos, destacando o artigo 19 da declaração, onde se assegura a livre manifestação de opiniões e a possibilidade de receber e transmitir informações e ideias. “Comunicação é direito e direito se conquista”, defendeu a ativista, lembrando que este não será garantido apenas com o uso da comunicação comercial.

Ela identificou desafios urgentes no país, onde se pratica um modelo de comunicação centrado no comércio e no lucro, o que não necessariamente tem relação com o interesse público. Lara apresentou alguns dados que problematizam o cenário, marcado pela convergência de mídias e presença de plataformas privadas de dados: 90% da população brasileira têm a televisão como meio de comunicação preferencial de acesso à informação; metade dessas pessoas não têm acesso à internet domiciliar. Para ela, em um contexto “altamente dependente de meios digitais”, isso significa dizer que essa parcela da população não tem acesso a direitos primários.

Lara também chamou atenção para levantamentos que apontam violações de direitos e normas dos quais o país é signatário por parte de programas policiais e os chamados reality shows, assim como denunciou a concentração da radiodifusão, que impede uma maior diversidade na programação veiculada. A ativista também alertou para o perigo que há no uso massivo das redes de comunicação para a veiculação de discursos de ódio, o que se caracteriza como desinformação.

DECLARAÇÃO EUROCÊNTRICA

Diante desse cenário, vale a pena celebrar os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos? A resposta, para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, é sim. Mas, como afirmou o professor da Universidade de Coimbra no Seminário Direitos Humanos e Saúde, em 10 de dezembro na Ensp, é fundamental reconhecer as falhas do texto para se pensar seu futuro. “A Declaração Universal de universal tem muito pouco”, destacou. “Foi formulada por meia dúzia de intelectuais, eurocêntricos, situados no Norte, todos eles brancos, que não conheciam as culturas africana, asiática ou indígena”.

Na história, Boaventura buscou razões para que, passados 70 anos, ainda se precise lutar pela aplicação das diretrizes: “O passado dos direitos humanos explica por que eles são uma promessa não cumprida em grande medida”. O sociólogo se referia ao momento de formulação do texto, durante a Guerra Fria, com vistas a demonstrar a superioridade do capitalismo. “O comunismo estava a dominar parte do mundo, com grande atração sobre os trabalhadores. O medo de que essas ideias se espalhassem levou os capitalistas a adotarem compromissos para ter um rosto mais ‘humano’ diante do concorrente”.

Sem a concorrência do comunismo, disse Boaventura, o capital se liberou para cometer violações com pouco ou nenhum controle — a destruição do Iraque, da Líbia e dos Balcãs, a morte por fome de 85 mil crianças no Iêmen. Ele lembrou que Zeid Ra’ad Al Hussein renunciou ao cargo de alto comissário de Direitos Humanos das Nações Unidas em 2017 criticando abertamente a falta de punição às violações que se sucedem no mundo. Outra evidência: nos tratados internacionais de comércio, tem se deixado de lado a cláusula que obriga os países a respeitarem os direitos humanos.

ZONAS DE SACRIFÍCIO

“No momento que os direitos humanos poderiam florescer é que estão exatamente sendo mais violados do que nunca”, afirmou o sociólogo, para quem o cálculo econômico tem sido prioridade diante da vida. Sua inquietação é por que tanto sofrimento não é sequer considerado violação aos direitos humanos. Por exemplo, “a vida indigna que grande parte das pessoas continua a viver”. Boaventura citou a população da Ponta do Pecém, no Ceará, onde estivera na semana anterior. No local, foram construídas em 2013 uma termelétrica e uma siderúrgica como parte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, com alto impacto ambiental — uma nuvem de pó de carvão e minério de ferro se espalha todos os dias sobre a comunidade do entorno.

“A população está sendo enterrada viva. São homens e mulheres com asma, tumores, que passam o dia a varrer o chão tentando em vão limpar a fuligem. É uma poluição atroz que nunca vi no mundo”, relatou. O impacto poderia ser diminuído em 80% com a instalação de filtros na esteira por onde correm o carvão e o ferro, como acontece em diversas partes do mundo e não ali. Não à toa, comunidades como a do Pecém são chamadas na sociologia de “zonas de sacrifício” ou “zonas de não ser”.

“A declaração é um instrumento importante se reconhecermos os seus limites e não a transformarmos em uma realidade imutável”, ressaltou o professor. Para ele, é preciso expor as contradições do texto para poder ir além: “Os direitos humanos, para serem fortes, têm que resgatar os velhos direitos que vêm sendo violados e adicionar novos direitos, como os direitos da natureza, à memória e à história”.

SAIBA MAIS

Direitos para todos os humanos, *Radis* 194





Linhas de ausência

O cinza do concreto e das grades, os sentimentos coloridos nos retalhos, as linhas tortas que ligam quem está distante, o preto e o branco que bordam muitas saudades. Nos quatro blocos que dividem a exposição “Ausência”, a fotógrafa Nana Moraes costura o drama vivido por mulheres condenadas ao sistema prisional brasileiro. A exposição, em cartaz em um dos prédios históricos do campus de Manguinhos, no Rio de Janeiro, traça linhas que unem (e que separam) diferentes vidas impactadas pelo cotidiano do cárcere, registradas em visitas que Nana fez ao presídio Nelson Hungria, do Complexo de Gericinó em Bangu, no Rio de Janeiro.

O resultado é um patchwork afetivo e contundente de relações humanas impactadas pela distância e pelas ausências de 18 mulheres presas. À entrada da exposição, fotografias cruas de instalações carcerárias, frias como o concreto e o aço, onde não se vê ninguém. Por contraste e contraponto, o olho do espectador é convidado a explorar uma explosão de sentimentos, bordada em painéis de tecidos. Rostos e denúncias, corpos e depoimentos refazem a ligação destas mulheres com sua humanidade. “Aqui vou deixar tudo que sofri; aqui vou deixar as passagens sujas da minha vida amargurada”, lê-se em um dos painéis, que reúnem frases selecionadas em depoimentos e cartas.

Em outro bloco da exposição, Nana reproduz trechos de cartas, escritas pelas presidiárias a parentes e amigos. São registros de saudade, recomendações de mãe, pedidos de desculpa e relatos de arrependimento, todos narrados à mão livre. “Sem

data para não virar passado”, diz uma das remetentes; “Rio de saudade em busca de liberdade”, desabafa outra. A fotógrafa entregou cartas e fotos de mães, filhas e avós presas aos seus parentes, em subúrbios do Rio, em outras cidades, em outros estados.

Durante as visitas, ela colheu belíssimas imagens dos destinatários das cartas, remendando separações e promovendo reencontros — mesmo que à distância. Para arrematar o conjunto, bordou manualmente mensagens que interferem e complementam os retratos. A frase “Saudade da comida dela” se destaca na parede sobre o fogão à lenha; “Amamentado na prisão” acompanha um garotinho deitado em uma cama onde a ausência o faz companhia; “Ela tem que tomar juízo” é uma espécie de alerta dado ao sorriso de uma adolescente; “acolhida” resume o abraço de crianças, o conforto que Nana tenta resgatar. “Meu dedo ficou em carne viva costurando essas peças, mas foi como escolhi contar essas histórias, pois é como se eu estivesse costurando, remendando, essas relações entre as mães e seus filhos e filhas”, revela ela.

A fotógrafa conta que se inspirou no trabalho das arpilleras chilenas, bordadeiras que utilizam uma técnica têxtil para se contar histórias — trabalho que já foi definido pela folclorista Violeta Parras como “canções que se pintam”. Em “Ausência”, ela tece, por meio de imagens, cartas, texturas e retalhos, um elo de humanidade entre mulheres privadas de liberdade e a vida que corre, ligeira, do lado de fora. Uma linha que divide (mas também aproxima) dois mundos. (ADL)



DA PESQUISA ÀS TELAS DE CINEMA

A história dos dois cearenses que viraram estrelas de um documentário americano sobre feira de ciências

LUIZ FELIPE STEVANIM

Mylena sente fascínio pela comunicação, fala com desenvoltura para as câmeras e adora um microfone. Já Gabriel faz o estilo introspectivo, ele mesmo reconhece ser um garoto muito calado e observador. Juntos, os dois jovens cearenses de Iracema, município da região do Jaguaribe a 285 quilômetros de Fortaleza, realizaram um feito que nenhum dos cerca de 13 mil moradores da cidade poderia imaginar: viraram estrelas do documentário americano “Science Fair” [“Feira de ciência”], produzido pela National Geographic, depois de participarem duas vezes da maior feira de ciência pré-universitária do mundo, a Feira Internacional de Ciências e Engenharia (Intel ISEF), nos Estados Unidos. O motivo: os dois estudantes do ensino médio descobriram, por meio de programas de bioinformática e modelagem computacional, uma substância capaz de bloquear o vírus zika no corpo humano.

O filme mostra a vida de onze jovens cientistas de diferentes lugares do mundo até chegarem à Intel ISEF, que acontece anualmente nos EUA, em maio, há 70 anos — atualmente em Los Angeles, na Califórnia. A produção, que já estreou nos cinemas americanos, dirigida por Cristina Costantini e Darren Foster, levou produtores e equipe de filmagem até Iracema durante uma semana. Eles acompanharam a rotina da dupla

de estudantes, conversaram com seus pais e amigos e registraram cenas da escola pública em que os dois estudaram e desenvolveram suas pesquisas.

Myllena Cristyna Braz, de 19 anos, e Gabriel Moura, 20, foram escolhidos para participar do documentário depois de percorrerem o circuito de feiras de ciências — inicialmente, em sua região e no seu estado, até chegarem à Feira Brasileira de Ciência e Engenharia (Febrace), em São Paulo, onde foram selecionados para ir aos Estados Unidos. “Participar do documentário é o que mais me orgulho em toda minha trajetória de feiras de ciências, porque eu nunca imaginei que produtores de filme iriam sair dos Estados Unidos para ir lá para minha residência, no interior do Ceará, gravar sobre minha vida”, conta Myllena. “Gravaram minha cidade e como estava a situação da seca e depoimentos sobre nossas dificuldades de desenvolver a pesquisa”, relata Gabriel.

Os dois estudantes usaram o único computador disponível com softwares de bioinformática e química computacional na escola pública onde cursaram o Ensino Médio, a Escola Deputado Joaquim de Figueiredo Correia, para desenvolver uma substância capaz de bloquear a reprodução do vírus zika em seres humanos. “Não tinha laboratórios com cultura celular, bioquímico ou algo do tipo. Só tínhamos um computador,

softwares e um problema a resolver”, explica Gabriel. Através de simulações, a dupla fez um estudo a partir de uma droga já existente (oseltamifir ou tamiflu). “Pegamos essa droga que já existia e fizemos uma mutação nela, criando assim uma nova molécula. Fizemos testes com o vírus do zika e verificamos que a nossa droga era capaz de bloquear a proteína que multiplica o vírus em nosso organismo”, resume Myllena.

Por pertencer a uma região de seca, em que a população armazena água em casa, Iracema é uma cidade com altos índices de infestação do mosquito *Aedes aegypti* e convive com a presença das doenças transmitidas pelo inseto, como dengue, zika e chikungunya. No trabalho escolar, a dupla também alertou a população sobre os riscos de armazenar água de forma incorreta. “A pesquisa foi importante para compreender melhor o desenvolvimento da doença e alertar a população, pois na época o governo ainda não havia tomado as providências”, ressalta Gabriel. Porém, por falta de investimento, não foi possível testar a pesquisa em laboratório. “Infelizmente as pesquisas no Ensino Médio, de jovens cientistas, não são valorizadas. Faltou financiamento e não pudemos dar continuidade”, constata Myllena.

DO CEARÁ PARA HOLLYWOOD

A vida dos dois jovens estudantes de ensino médio do Ceará passou por um turbilhão depois que eles estrelaram o documentário, que deve ser exibido pela National Geographic ao público brasileiro. Myllena conta que já deu entrevistas para mais de 20 programas de TV e rádio, nos Estados Unidos e no Brasil. “Foi surreal ver meu rosto estampado nas telas de cinema e ver pessoas me dando parabéns, pedindo autógrafa, dizendo que são meus fãs”, relata. Algo que nunca havia sido imaginado por seus pais, que são agricultores no distrito de Ema, na zona rural de Iracema. Já Gabriel tem a mãe professora e o pai mecânico. A dupla estudou a vida toda em escola pública e ganhou bolsas de estudo para cursarem a universidade nos Estados Unidos.

Myllena atualmente já se mudou para a Califórnia, onde estuda inglês também com uma bolsa de estudos para adquirir fluência no idioma e depois ingressar na universidade. Ela fez uma vaquinha na internet para arrecadar dinheiro para comprar as passagens. Ainda não escolheu a carreira que vai seguir. Já Gabriel decidiu cursar biotecnologia na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), em Mossoró (RN), e continua trabalhando com pesquisas sobre cultura celular, morfologia e anatomia humana e animal. “Eu ganhei uma bolsa para estudar em Los Angeles, porém é difícil largar tudo que já conquistei em minha universidade. Apesar dos dias de luto que a ciência do Brasil vai enfrentar nos próximos anos, pretendo continuar com minhas pesquisas na universidade e incentivar outras pessoas a acreditar que a ciência pode mudar a vida delas como mudou a minha”, ressalta. Ele critica a falta de apoio e os cortes de bolsas sofridos pela ciência e educação no Brasil.

A entrada no mundo da ciência aconteceu muito cedo para Myllena: aos 10 anos, ela já se interessava pelo assunto, mas somente ao ingressar no Ensino Médio, aos 14, começou a participar de feiras de ciências não apenas na sua escola, mas em cidades vizinhas e depois dentro e fora do estado. Ela também

desenvolveu outra pesquisa sobre um material obtido a partir de isopor capaz de absorver petróleo derramado no mar, uma das principais formas de catástrofes ambientais. “Nessa pesquisa eu resolvo basicamente dois problemas da área ambiental: um é o derramamento de petróleo no mar e o outro é a questão do grande acúmulo de isopor na natureza”, explica.


A história de como surgiu esse material mostra que a ciência também conta com certa dose de acaso. Myllena descobriu o produto depois de causar um incêndio no laboratório da escola. Ela descreve que o novo material, chamado por ela de “cristal”, pode trazer impactos benéficos tanto para a economia quanto para o meio ambiente. “A empresa iria recuperar o petróleo derramado e não iria ficar aquele tipo de poluente na natureza. Já o isopor demora cerca de 150 anos para se degradar quando ele é jogado no ambiente. Com minha pesquisa, esse tempo iria reduzir para sete meses”, destaca.

O contato com o fazer científico desde o ensino fundamental e médio ajuda os estudantes a construírem outros olhares sobre o mundo, como acreditam Myllena e Gabriel. Ela considera que, com a ciência, o estudante deixa de ser um mero observador e passa a ser um “auxiliador do professor”. “A pesquisa científica transforma o aluno. Ele deixa de aceitar passivamente todas aquelas informações que recebe e passa a questionar. E cada vez que questiona, gera mais conhecimento”, pontua.

A estudante conta que, no início do ensino médio, tinha uma preocupação excessiva com notas, em ser a “aluna nota 10”, mas com o tempo percebeu que mais importante era compreender o conteúdo e refletir sobre ele. “Eu não precisava mais decorar textos e ficar devorando livros para as provas. Eu simplesmente já sabia o conteúdo porque aquele aprendizado já estava em mim e as notas eram consequência”, ressalta.

Já Gabriel aponta que a maioria dos alunos têm uma visão errada de que desenvolver pesquisa é algo difícil e que a ciência não vai influenciar a vida deles. “O incentivo à pesquisa tem que começar o mais cedo possível, formando indivíduos com uma nova perspectiva de vida, que possam trazer soluções para os problemas atuais que a sociedade enfrenta”, defende o estudante. Myllena ainda destaca que a pesquisa ajuda a melhorar a oralidade e a desenvolver outras habilidades humanas. “A partir do momento em que você vira cientista, você passa a observar a vida com outros olhos. Você vê oportunidades, agarra tudo aquilo que vem para sua vida. Ao invés de você dizer que tudo não dá certo, você passa a pensar que tudo pode ter um jeito para dar certo”, conclui.

O QUE É INTEL ISEF?

É a maior feira de ciências do mundo para estudantes que ainda não chegaram à universidade. Ocorre nos EUA. No Brasil, para participar, é preciso ser selecionado por uma das feiras afiliadas nacionais: a Mostratec ou a Febrace. 

SAIBA MAIS

Página oficial do filme www.sciencefairfilm.com

Direitos para todos os humanos, *Radis* 194

Trailer do filme <https://bit.ly/2TTuYdw>

A SAIDEIRA

Barbara Gancia – Editora Planeta

Uma rotina regada a doses homéricas de álcool, cigarro, cocaína e alta velocidade que renderam demissões, confusões e muito arrependimento — e a volta por cima auxiliada por reuniões do AA, reflexões sobre o passado e o amor pela namorada. Em “A saideira: uma dose de esperança depois de anos lutando contra a dependência”, a jornalista Barbara Gancia, ex-integrante da bancada do programa Saia Justa, no GNT, narra, depois de 11 anos de sobriedade, a luta que travou para se livrar da adicção, revela estratégias às quais recorreu e os erros que cometeu sob o efeito das drogas, e reflete sobre as origens do vício e as dificuldades em se manter sóbria. Entre os problemas que enfrentou, durante os anos de consumo de álcool, ela relata constrangimentos com pessoas públicas, desentendimentos familiares e até a perda da visão de um olho depois de um acidente causado pelo uso da direção sob o efeito de álcool. Um depoimento contundente de alguém que, depois de muitas recaídas, conseguiu retomar o controle de sua própria vida.



GUIA PARA REFUGIADOS

Como solicitar refúgio no Brasil? Onde encontrar abrigo e obter documentos? Quais são os meus direitos e deveres no país? Como abrir uma conta bancária? Estas e outras perguntas sobre problemas enfrentados por refugiados, solicitantes de refúgio e apátridas que vivem no Brasil são respondidas na plataforma digital “Help”, lançado pela ACNUR no fim de 2018. O objetivo é prover informações confiáveis e atualizadas, disponíveis em português, espanhol, inglês, francês e árabe, que serão constantemente atualizadas, com a ajuda das três instâncias de governo, da Polícia Federal, da sociedade civil e de universidades. Para acessar: <https://bit.ly/2CmBPoM>

HIDRELÉTRICA E AMAZÔNIA

Uma abordagem crítica sobre os processos relacionados à construção da hidrelétrica de Belo Monte na região Xingu, no Pará, “Hidrelétrica Belo Monte: Impactos na Saúde”, organizado por Rosa Carmina de Sena Couto e Rosa Acevedo Marin, aborda questões que vão desde a violência sexual contra crianças e adolescente na região às condições de trabalho no canteiro de obras, até a problematização de conflitos sociais, territorialidades ameaçadas e o modelo de desenvolvimento, considerado excludente, concentrador, exógeno, perverso e predatório pelos autores. A obra, lançada pela editora Amazônica Bookshelf, expõe problemas e apresenta reflexões para o futuro.

ATENÇÃO PRIMÁRIA

Maria Helena Magalhães de Mendonça, Gustavo Corrêa Matta, Roberta Gondim e Lígia Giovanna organizaram a coletânea de textos “Atenção primária à saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa”, um panorama cujo objetivo é reforçar a importância da política social para a conquista do direito à saúde e para consolidação do SUS e da saúde universal. A obra, publicada pela Editora Fiocruz, reúne experiências fundamentais e revela a amplitude, a diversidade e a profundidade da discussão sobre APS, expondo sua trajetória e seus desafios no país. Um importante guia para quem pretende se aprofundar no assunto, que ultrapassa as fronteiras nacionais.



SAÚDE EM TRÂNSITO

Como a violência no trânsito pode ser vista como uma questão de saúde pública? Em um bem produzido documentário do selo Fiocruz Vídeo disponível no Youtube, essa pergunta é respondida a partir de depoimentos de usuários e profissionais de diversas áreas que destacam a necessidade de medidas preventivas integradas. Com roteiro e direção de Eduardo V. Thielen, o documentário foi lançado em 2016 pela VideoSaúde Distribuidora, e continua atual e provocador ao reunir estatísticas que revelam a letalidade do trânsito no Brasil intercaladas pelo testemunho

daqueles que sobreviveram a acidentes e lutam para retomar suas vidas. O conto “Patrícia”, de Carlos Eduardo de Magalhães, ganhou uma bela adaptação para o documentário que dialoga com a reportagem de capa desta edição de Radis. Assista em: <https://youtu.be/ITfjQifeGq4>

71º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM

Promovido pela ABEn Nacional e realizado pela ABEn Seção Amazonas, o evento tem como tema central “Enfermagem e os sentidos da Equidade”, que também será abordado nos eventos paralelos [12ª Jornada Brasileira de Enfermagem Gerontológica (JBEG) e o 5º Seminário Internacional sobre o trabalho em Enfermagem (SITen)]. Os trabalhos devem seguir os eixos temáticos: desafios para uma prática com justiça social e sustentabilidade ambiental; desafios para uma prática com justiça social e grupos sociais heterogêneos: classes, gênero, geração, raça/etnias e intercultura, e desafios para a produção do cuidado de enfermagem a pessoas, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade.

Data 11 a 14 de novembro

Local Centro de Convenções do Amazonas, Manaus

Info <https://bit.ly/2RH1Jhs>

POR QUE O CONSEA É NECESSÁRIO?

PATRICIA CONSTANTE JAIME

A Medida Provisória 870, de 1 de janeiro de 2019, publicada pelo novo governo federal, trouxe más notícias para a política pública de segurança alimentar e nutricional. Ela revoga inciso e artigo da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), de 2006, de modo a levar a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) na estrutura organizativa do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

O Consea Nacional era um órgão de assessoramento à Presidência da República cuja competência institucional tratava do controle social na formulação, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Representava um espaço de consolidação da participação da sociedade nas políticas voltadas à promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e de defesa de uma agenda da administração pública que proteja os cidadãos da violação do direito humano à alimentação adequada.

Criado, em 1993, à época do governo Itamar Franco e sob demanda da sociedade civil articulada nos movimentos Ética na Política e Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, o Consea foi a primeira tentativa de elevar o debate sobre segurança alimentar e nutricional para uma arena política intersetorial, plural e participativa. Pelo caráter transitório do então governo e pela frágil inserção do tema na agenda política brasileira, o conselho foi extinto em 1994. Recriado em 2003, assumiu a importante tarefa de não ser apenas um espaço institucional de diálogo, mas também de ser o *locus* impulsionador da elaboração participativa do Projeto de Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional no país, o que ocorreu em 2006.

Desde então, observou-se o rompimento de ações pontuais e fragmentadas em direção a um novo paradigma na construção e governança de políticas públicas em segurança alimentar e nutricional. Progressivamente, têm-se implantado de forma mais articulada programas e ações de proteção social, de superação da pobreza e redução das desigualdades, de fomento à produção agrícola de base familiar e de acesso à alimentação. Neste espectro, está o aprimoramento do marco normativo do histórico Programa Nacional de Alimentação Escolar e sua interface com os programas de compras públicas de alimentos produzidos por agricultores familiares. Iniciativas como essa foram produzidas e articuladas no âmbito do Consea e reconhecidas pelas Nações Unidas, em 2014, como responsáveis pela saída do Brasil do Mapa da Fome.

Por outro lado, novas expressões da insegurança alimentar, como a perda dos padrões alimentares tradicionais, o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, a obesidade e a

exposição da população a alimentos contaminados por agrotóxicos, ganham proporções epidêmicas. Os sistemas alimentares, incluindo os processos de produção, transformação, distribuição, marketing e consumo de alimentos, estão fortemente relacionados à transição alimentar e nutricional observada nas últimas décadas e precisam ser reposicionados para não apenas ofertar alimentos, mas sim promover dietas mais saudáveis e sustentáveis para todos.


O Consea, bravamente, assumiu a defesa da dimensão sociocultural da alimentação e da valorização de um sistema alimentar justo, saudável e sustentável, tanto do ponto de vista social como ambiental, onde sejam valorizados e protegidos a biodiversidade, a comida de verdade sem veneno e os padrões alimentares tradicionais com o respeito e o resgate das identidades, memórias e culturas alimentares. Fez, assim, a defesa do alimento como elemento central da vida, um direito social, um bem material e imaterial e parte do patrimônio cultural do povo e da nação brasileira. Há que se reconhecer o choque paradigmático com setores que, em outro extremo, veem o alimento

apenas como mercadoria dotada de valor monetário, em uma economia nacional ancorada nas commodities agropecuárias.

O Brasil alcançou reconhecimento internacional na área e se tornou referência para inúmeros países. Em 2016, publicação de um renomado painel de

especialistas em Nutrição Global – The Global Nutrition Report Stakeholder Group – apontou os fatores que explicam o protagonismo brasileiro na agenda de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo eles: o ativismo de organizações não governamentais e de movimentos sociais, a produção e uso de dados e indicadores de segurança alimentar e nutricional e, por fim, a criação do Consea.

Compreender a formação de uma agenda de política de segurança alimentar e nutricional significa considerar que a mesma pode refletir ou não os interesses dos diferentes setores da sociedade, a depender do grau de democracia participativa, de mobilização de cada setor e de institucionalização de mecanismos que viabilizem a participação dos sujeitos, em especial dos mais vulneráveis e dependentes da ação do Estado.

O episódio da Medida Provisória 870 é preocupante porque nega os êxitos da experiência brasileira; compromete a continuidade e aprimoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; fragiliza a administração pública ao negar a participação social como elemento estruturante do Estado Democrático de Direito; induz um efeito cascata nos modelos de governança das políticas estaduais e municipais; e, não menos importante, deixa um recado que, para o Governo que se inicia, o exercício da cidadania parece só ter importância no momento do voto no processo eleitoral. 

“O Consea assumiu a defesa da dimensão sociocultural da alimentação”

**CRIME
AMBIENTAL
NÃO É
ACIDENTE**

RADIS

NOSSO LADO É O SUS

www.radis.ensp.fiocruz.br

facebook.com/RadisComunicacaoeSaude

flickr.com/RadisComunicacaoeSaude